



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE DE SEGURANÇA (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A IMPORTÂNCIA DAS FORÇAS TIPO GENDARMERIE NO
CONTEXTO INTERNACIONAL.**

AUTOR: Aspirante GNR INFANTARIA Nasser Costa Zidane

ORIENTADOR: Coronel GNR INFANTARIA José Manuel Lucas Pimenta

LISBOA, AGOSTO DE 2011



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE DE SEGURANÇA (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A IMPORTÂNCIA DAS FORÇAS TIPO GENDARMERIE NO
CONTEXTO INTERNACIONAL.**

AUTOR: Aspirante GNR INFANTARIA Nasser Costa Zidane

ORIENTADOR: Coronel GNR INFANTARIA José Manuel Lucas Pimenta

LISBOA, AGOSTO DE 2011

DEDICATÓRIA

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho jamais poderia ter sido realizado sem o contributo de todos quantos me ajudaram. Em primeiro lugar, manifesto o meu profundo agradecimento ao meu orientador, Coronel José Pimenta, pela sublime dedicação que demonstrou e pela sua infatigável disponibilidade, constituindo-se sobejamente como uma referência a seguir no futuro.

Agradeço a todos os Oficiais e ao Senhor Deputado, pelas entrevistas que amigavelmente me cederam, bem como pelas pistas e informações extremamente relevantes que me forneceram.

Agradeço, com grande carinho, à minha mãe, Dr.^a Manuela Costa, por todo o apoio que me concedeu ao longo de todo o curso, bem como ao meu irmão, Samir Zidane por me incentivar em todos os momentos.

Expresso também o meu sincero agradecimento ao meu caríssimo amigo Ricardo Araújo Lima, pela sua amizade e pelo seu companheirismo em todos os momentos.

Por último, agradeço aos camaradas do meu curso que me ajudaram, em particular ao Aspirante Cristiano Gonçalves.

A todos muito obrigado.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	viii
RESUMO.....	xi
ABSTRACT	xii
CAPÍTULO 1	1
INTRODUÇÃO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 ENQUADRAMENTO	1
1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	2
1.4 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	2
1.5 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	2
1.6 OBJECTIVOS.....	3
1.7 HIPÓTESES.....	3
1.8 METODOLOGIA	4
1.9 SÍNTESE DE CAPÍTULOS	4
PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA	5
CAPÍTULO 2	5
AS OPERAÇÕES DE GESTÃO DE CRISES	5
2.1 INTRODUÇÃO	5
2.2 DOUTRINA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	5
2.3 DOUTRINA DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE.....	7
2.4 DOUTRINA DA UNIÃO EUROPEIA.....	7
2.5 CONCLUSÃO	9

CAPÍTULO 3	10
O AMBIENTE INTERNACIONAL	10
3.1 INTRODUÇÃO	10
3.2 GLOBALIZAÇÃO	10
3.3 NOVAS FORMAS DE GUERRA	11
3.4 CONCLUSÃO	14
CAPÍTULO 4	15
A EUROGENDFOR	15
4.1 INTRODUÇÃO	15
4.2 GÉNESE	15
4.3 ESTRUTURA E OBJECTIVOS DA ORGANIZAÇÃO	17
4.4 CAPACIDADES	18
4.5 CONCLUSÃO	19
CAPÍTULO 5	20
AS MAIS-VALIAS DAS FORÇAS GENDÁRMICAS	20
5.1 INTRODUÇÃO	20
5.2 MAIS-VALIAS	20
5.3 CONCLUSÃO	24
CAPÍTULO 6	25
O FUTURO	25
6.1 INTRODUÇÃO	25
6.2 SISTEMA INTERNACIONAL	25
6.3 PROBLEMAS AMBIENTAIS	27
6.4 NOVAS TECNOLOGIAS	29
6.5 CONCLUSÃO	30
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO	31
CAPÍTULO 7	31
METODOLOGIA	31
7.1 INTRODUÇÃO	31

7.2	METODOLOGIA	31
7.3	ENTREVISTAS.....	32
7.4	REPRESENTATIVIDADE SOCIAL.....	32
7.5	CONCLUSÃO	33
CAPÍTULO 8		34
APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS		34
8.1	INTRODUÇÃO	34
8.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	34
8.3	CONCLUSÃO	37
CAPÍTULO 9		38
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		38
9.1	INTRODUÇÃO	38
9.2	VERIFICAÇÃO DE HIPÓTESES TEÓRICAS	38
9.3	VERIFICAÇÃO DE HIPÓTESES PRÁTICAS	40
9.4	REFLEXÕES FINAIS	40
9.5	RECOMENDAÇÕES.....	41
9.6	LIMITAÇÕES.....	41
9.7	INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	42
BIBLIOGRAFIA.....		43
APÊNDICES.....		48
APÊNDICE A - Guião da entrevista		49
APÊNDICE B - Transcrição da entrevista 1		50
APÊNDICE C - Transcrição da entrevista 2.....		55
APÊNDICE D - Transcrição da entrevista 3		59
APÊNDICE E - Transcrição da entrevista 4.....		62
APÊNDICE F - Transcrição da entrevista 5.....		66
APÊNDICE G - Transcrição da entrevista 6		70
APÊNDICE H - Transcrição da entrevista 7		74

APÊNDICE I – Análise da Questão 1	78
APÊNDICE J – Análise da Questão 2	80
APÊNDICE K – Análise da Questão 3	82
APÊNDICE L – Análise da Questão 4.....	84
APÊNDICE M – Análise da Questão 5	86
APÊNDICE N – Representatividade Social	88
ANEXOS	89
ANEXO A – Declaração de Intenção.	90

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 6.1:Tendência Global nos Conflitos Armados	26
Figura 6.2: Locais de Maior Conflitualidade 1946-2010	26

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AM:	Academia Militar
CIMIN:	Comité Interministerial de Alto Nivel
CMO:	<i>Crisis Management Operation</i> / Operação de Gestão de Crises
CRO:	<i>Crisis Response Operation</i> / Operação de Resposta a Crises
EGF:	<i>European Gendarmerie Force</i> / Força de Gendarmerie Europeia
EUA:	Estados Unidos da América.
FIEP:	França Itália Espanha e Portugal
GNR:	Guarda Nacional Republicana
GWOT:	<i>Global War on Terrorism</i> / Guerra Global Contra o Terrorismo
IPU:	<i>Integrated Police Unit</i> / Unidade de Polícia Integrada
OAP:	Operações de Apoio à Paz
OI:	Organizações Internacionais
ONU:	Organização das Nações Unidas
OSCE:	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN:	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCSD:	Política Comum de Segurança e Defesa
PESD:	Política Europeia de Segurança e Defesa
PHQ:	<i>Permanent Head-Quarters</i> / Quartel-General Permanente
SI:	Sistema Internacional
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada
TO:	Teatro de Operações

UA: União Africana
UE: União Europeia

LISTA DE ABREVIATURAS

ed	edição
e.g	exempli gratia (por exemplo)
et al	et aliae (e outros - para pessoas)
etc	et cetera (e outros – para coisas)
p.	páginas.

RESUMO

As Operações de Gestão de Crises, nos últimos anos, têm sido cada vez mais frequentes. Estas comportam um conjunto de circunstâncias e factores que requerem uma abordagem particular das entidades que intervêm na sua resolução. Este Trabalho de Investigação Aplicada tem como principal objectivo demonstrar as vantagens decorrentes do emprego de forças tipo gendarmerie, nas operações de gestão de crises.

No enquadramento teórico, em que se abordam os conceitos relacionados com as Operações de Gestão de Crises preconizados pelas Organizações Internacionais de maior relevância, aborda-se a influência do ambiente internacional nos cenários onde é projectada a Força de Gendarmerie Europeia, é feita a análise da génese, estrutura e capacidades da Força de Gendarmerie Europeia bem como as mais valias que apresenta. Por último, é feita uma prospecção quanto ao emprego futuro desta força, tendo em conta os indicadores existentes actualmente. No trabalho de campo são efectuadas entrevistas a personalidades relevantes.

Por fim, conclui-se que o emprego da Força de Gendarmerie Europeia, em Operações de Gestão de Crises, apresenta vantagens significativas, contribuindo substancialmente para o processo de reconstrução de um Estado, superando grande parte das contingências que esta missão acarreta, no âmbito da segurança.

Recomenda-se assim que a Força de Gendarmerie Europeia continue a incrementar o seu valor e a melhorar as suas capacidades. No que concerne à Guarda Nacional Republicana, considera-se que para além de continuar a participar em missões no âmbito da Força de Gendarmerie Europeia, não deverá deixar de manter a sua participação em operações conduzidas sob a égide de outras Organizações Internacionais.

Palavras-chave: SISTEMA INTERNACIONAL, SEGURANÇA E PAZ INTERNACIONAIS, OPERAÇÕES DE GESTÃO DE CRISES, POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA, FORÇA DE GENDARMERIE EUROPEIA.

ABSTRACT

Crisis Management Operations, in the last few years, have been ever more frequent. These operations carry out a set of circumstances and factors with them, which require a particular approach by the entities that intervene in the process of solving the crisis. The main purpose of this essay is to identify the existing advantages in the use of gendarmerie type forces in Crisis Management Operations.

In the theoretical outline, concepts related with Crisis Management Operations in the main International Organizations are approached. It is also analysed in what ways the international environment can have an influence on the scenarios where this force is deployed to. Then the origin, structure and capabilities of the European Gendarmerie Force are explained as well as the advantages that its deployment represents. At last, it is considered the way it might be used in the future, according to today's trends. In the field work, interviews are made to relevant individuals.

It is concluded that the use of the European Gendarmerie Force in Crisis Management Operations represents many advantages. Contributing in a large scale to the rebuilding of a State, overcoming a great deal of conditionings attached to this type of mission.

So it is recommended that the European Gendarmerie Force should continue to increase its value and improve its capabilities. Concerning the Guardia Nacional Republicana, it is considered that this force should keep participating in operations directed by other International Organizations, alongside its deployment in missions engaged by the European Gendarmerie Force.

Key-words: INTERNATIONAL SYSTEM, PEACE AND INTERNATIONAL SECURITY, CRISIS MANAGEMENT OPERATIONS, COMMON SECURITY AND DEFENSE POLICY, EUROPEAN GENDARMERIE FORCE.

“A Lei trás a Paz.”

Lema da Eurogendfor

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

A realização do presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar (AM), com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança. Este trabalho de carácter avaliativo permite o desenvolvimento de capacidades e competências no âmbito das ciências sociais, que inegavelmente terão uma importância determinante no desempenho das funções futuras do autor. Este trabalho, tem como tema “A Importância das Forças tipo Gendarmerie no Contexto Internacional”. No presente capítulo, aborda-se o enquadramento do tema, assim como a sua justificação. De seguida, é apresentado o objecto de investigação, os seus objectivos e a metodologia seguida. No final é feita uma breve síntese dos capítulos.

1.2 ENQUADRAMENTO

Desde há algum tempo a esta parte, a participação em Operações de Apoio à Paz (OAP) tem sido uma realidade constante da política externa portuguesa, contribuindo para a afirmação do nosso país no sistema internacional, assumindo-se como um actor de relevo na salvaguarda da paz e estabilidade internacionais. Nesta investigação, pretende-se avaliar o papel da Força de Gendarmerie Europeia (EGF) nas Operações de Gestão de Crises (CMO). Num mundo em constante mutação, a realidade encontrada nos cenários de gestão de crises tem assistido a uma acelerada mudança, fruto das novas realidade sociais, económicas e internacionais. Assim, as ameaças e o carácter difuso das mesmas trouxeram desafios novos, aos quais uma resposta clássica, baseada

somente no uso do instrumento militar, demonstrou ser insuficiente. Como prova deste paradigma, temos os casos dos recentes conflitos do Iraque e do Afeganistão, onde no início das respectivas fase de estabilização foi notória a necessidade de capacidades adicionais no domínio da segurança. As forças gendármicas surgem assim como uma resposta eficaz, visto possuírem capacidades e competências adequadas ao emprego num contexto em que é necessário proteger os cidadãos perante ameaças que se localizam na linha divisória entre a segurança interna e a segurança externa.

1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A escolha deste tema justifica-se em primeiro lugar pelo interesse que suscita no autor, não sendo despidendo o facto da Guarda Nacional Republicana (GNR) ter uma participação activa no seio desta iniciativa europeia que é a EGF. Assim, considera-se importante, actual e pertinente, indagar e reflectir sobre a actuação desta força nas missões em que tem sido empregue. Apesar de existirem já bastantes estudos sobre esta temática, estes foram na sua maioria efectuados segundo a perspectiva de autores estrangeiros, ou centrando-se em aspectos teóricos relativos às CMO. Perspectiva-se desta forma contribuir para a melhor compreensão da importância da EGF, fazendo um contraponto entre as capacidades gendármicas e as das Forças Armadas, assim como as das polícias civis.

1.4 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

O **objecto de estudo** desta investigação é a EGF e o seu desempenho nas CMO. O **objectivo geral** é, portanto, caracterizar a importância da EGF nas CMO. Desta forma, materializa-se este objectivo na seguinte pergunta de partida: “Em que medida é importante o emprego da EGF numa CMO?”.

1.5 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

De acordo com o problema levantado por esta investigação foram levantadas as seguintes questões derivadas:

Qual é o enquadramento doutrinário subjacente ao conceito de CMO?

Como se caracteriza o sistema internacional e em que medida este afecta os Teatros de Operações (TO) numa CMO?

Qual a génese, estrutura organizacional e capacidades que a EGF apresenta?

Quais são as mais-valias decorrentes do emprego da EGF numa CMO?

Qual poderá ser o papel da EGF no futuro?

1.6 OBJECTIVOS

Com o intuito de dar resposta ao problema formulado, definiram-se os seguintes objectivos com vista a delimitar os propósitos e a finalidade desta investigação: analisar o conceito e o âmbito das OAP, mais concretamente das CMO; caracterizar a nova tipologia da conflitualidade e o cenário com que se deparam às forças gendármicas empenhadas actualmente nas CMO; analisar a génese da EGF e caracterizar a sua estrutura e capacidades; examinar as mais-valias que a EGF representa numa CMO; prospectar o futuro do emprego da EGF.

1.7 HIPÓTESES

Tendo em conta as questões levantadas, formularam-se as seguintes hipóteses:

H1 - O conceito de CMO decorre da evolução das OAP; **H2** - As CMO são marcados por uma diversidade de ameaças à segurança de pessoas e bens; **H3** - A EGF resulta da necessidade de dotar a União Europeia (UE) com um instrumento multinacional, dotado dos recursos humanos e materiais que as forças gendármicas asseguram; **H4** - A EGF apresenta capacidades que asseguram a resposta adequada ao tipo de ameaças existentes nos cenários de Gestão de Crises e **H5** - Face aos actuais indicadores é admissível que a EGF venha a ter um papel cada vez mais relevante no futuro.

1.8 METODOLOGIA

O presente trabalho segue a metodologia científica empregue na investigação em ciências sociais, de acordo com Sarmento (2008), com as correspondentes adaptações às orientações dadas pela Academia Militar (Academia Militar, 2008)

Na Parte Teórica, procedeu-se à análise de diversos artigos e publicações e também da informação presente na internet. Houve a procura constante de seguir fontes de referência, nomeadamente de institutos conceituados como o Strategic Studies Institute, Rand Corporation, National Institute of Justice, Institute of International Relations Clingendael, Geneva Centre for Security Policy etc. Foram também consultadas as fontes oficiais da UE e da própria EGF.

Na Parte Prática, recorreu-se ao método da observação directa e realizaram-se entrevistas semi-estruturadas a personalidades de referência para obter uma visão abrangente da temática a abordar. Deste modo, pretendeu-se utilizar material existente interpretando-o de forma inovadora e trazer demonstrações novas de um assunto já conhecido.

1.9 SÍNTESE DE CAPÍTULOS

O presente trabalho divide-se em Parte Teórica, dividida em seis capítulos e Parte Prática, dividida em dois capítulos. O segundo capítulo é dedicado à análise da doutrina existente na Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e UE, no que concerne às OAP, terminando com a análise do conceito de CMO. O terceiro capítulo, aborda o contexto internacional actual e o cenário com que a EGF se depara nas CMO onde é empregue. O quarto capítulo, apresenta a génese da EGF a sua estrutura e capacidades. O quinto capítulo caracteriza as mais-valias que a EGF apresenta numa CMO. O sexto capítulo procura efectuar uma análise prospectiva da EGF em função das actuais tendências. De seguida, na Parte Prática, o sétimo capítulo consiste na apresentação da metodologia utilizada no trabalho de campo, fazendo-se no oitavo capítulo a sua análise, bem como a discussão dos resultados obtidos. No nono e último capítulo serão apresentadas as conclusões do trabalho e as recomendações.

PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 2

AS OPERAÇÕES DE GESTÃO DE CRISES

2.1 INTRODUÇÃO

Para se compreender a missão das forças gendármicas no mundo actual e o papel que desempenham para a salvaguarda da paz e segurança internacional em geral, e do espaço europeu em particular, é necessário começar por entender o conceito das operações em que são empregues. Assim, neste capítulo, o objectivo é clarificar o conceito mais abrangente de OAP, no qual estará inserido o conceito de CMO.

Para tal, procede-se a uma análise das doutrinas existentes em torno desse conceito, na ONU, na OTAN e na UE. O conceito de OAP é relativamente recente, tendo começado a ser utilizado na década de noventa do século XX, para classificar as novas operações nas quais a ONU e diversas organizações internacionais se viram envolvidas, Branco (2009). São diversas as perspectivas existentes sobre este tipo de operações, não se afigurando para os objectivos do presente trabalho ser necessário proceder-se a um estudo exaustivo sobre esta matéria. O objecto de estudo deste capítulo será, portanto, a doutrina das organizações supracitadas.

2.2 DOCTRINA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

O conceito de *peacekeeping* da ONU surgiu como a solução encontrada fruto do quadro normativo presente na Carta das Nações Unidas. No seu capítulo VI, no artigo 33º prevê a solução pacífica das disputas, através da “negociação, mediação, (...) decisão judicial, ou outros meios pacíficos à sua escolha”. Por outro lado, no capítulo VII está previsto o

uso da força, caso o Conselho de Segurança o entenda adequado para restaurar a paz e a segurança internacionais. De acordo com Branco (2009), este enquadramento jurídico colocou a ONU perante um dilema. Assim, as operações de manutenção de paz surgem como a resposta possível, após se encontrarem bloqueados os sistemas de intervenção no âmbito da segurança colectiva. Consequentemente, a manutenção de paz não está prevista taxativamente na Carta, contudo esta contém elementos e princípios que reflectem o espírito no âmbito do qual estas missões foram concebidas.

Posto isto, vamos seguidamente analisar a evolução das OAP, tendo em consideração que, segundo Pereira (2009) desde o pós-Segunda Guerra Mundial, até à actualidade, podemos encontrar dois grandes marcos que mudaram o contexto geopolítico e a conflitualidade desde então. A queda do muro de Berlim, que materializou o fim da URSS e os atentados de 11 de Setembro, que iniciaram a denominada *global war on terrorism* (GWOT), ou seja, uma campanha global contra o terrorismo liderada pelos EUA. Durante a guerra-fria, a ameaça nuclear estava sempre presente, ameaça essa que ao concretizar-se teria efeitos catastróficos para a humanidade. Assim, as duas potências da época, URSS e EUA, actuavam essencialmente por acção indirecta nos diversos conflitos espalhados pelo mundo, com o objectivo último de expandir a sua influência. Podemos datar a primeira missão de paz da história, a levada a cabo em 1948 na sequência do conflito israelo-árabe, na região da Palestina, por resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

É de notar, segundo Branco (2009) que as tarefas presentes neste modelo tradicional de manutenção de paz são predominantemente de cariz militar, sendo a componente civil reduzida e com pouco significado na maioria dos casos. Após a queda do muro de Berlim, surgiu um novo contexto internacional e, como tal, foi criada a Agenda para a Paz, que reflecte os desafios que a ONU enfrentou com o fim da Guerra-Fria. Assim, a Agenda para a Paz introduz novos conceitos, nomeadamente o de diplomacia preventiva, como sendo a acção que previne disputas entre as partes. Estabelece igualmente o *peacekeeping* como as acções tomadas no sentido de levar as partes em conflito a um acordo que assegure o estabelecimento de uma operação da ONU. Define também o conceito de *peacebuilding*, como sendo as tarefas a encetar no final do conflito em causa.

É ainda de salientar o suplemento da Agenda para a Paz, introduzido em 1995, que veio estabelecer um ajustamento na doutrina, fruto da experiência adquirida pela organização nos anos pós-Guerra Fria. Estes conceitos são, essencialmente: desarmamento, imposição de paz e sanções.

2.3 DOUTRINA DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE.

Analisa-se seguidamente o conceito de OAP de acordo com a doutrina da OTAN. Na cimeira de Washington em Abril de 1999, o Conceito Estratégico desta organização foi aprovado pelos aliados, como um guia de desenvolvimento de doutrina para enfrentar os desafios do século XXI, no que respeita à defesa colectiva. Tradicionalmente, o envolvimento militar da organização era levado a cabo de acordo com os princípios consignados no artigo 5º do tratado, assinado pelos aliados em Abril de 1949. As OAP no seio da OTAN, não são conduzidas ao abrigo do artigo 5º Tratado. Estas são designadas por operações de resposta a crises (CRO), visto não estarem associadas a conflitos em larga escala e envolvendo para além da componente militar, também as componentes civil e política.

De acordo com Branco (2009), esta evolução doutrinária é produto da intervenção da Aliança Atlântica na ex-Jugoslávia, em 1995, na qual, após ter sido forçado um acordo de paz, o mandato da ONU conferiu à OTAN a responsabilidade pela implementação dos aspectos militares do acordo. Seguiram-se várias CRO no seio da Aliança, nomeadamente as levadas a cabo na antiga República Jugoslávia da Macedónia, no Afeganistão, no Mediterrâneo e em apoio à União Africana (UA).

De acordo com o Conceito Estratégico da Aliança de 2010, “A OTAN irá empenhar-se, onde possível e quando necessário para prevenir conflitos, gerir crises, estabilizar situações pós-conflito e apoiar a reconstrução”, encorajando a participação de diversos actores nestas actividades e promovendo a interacção entre actores civis e militares. Desta forma, as CRO incluem: a prevenção de conflitos, através da diplomacia preventiva; a manutenção de paz, monitorizando acordos de paz e a sua implementação; a consolidação de paz, que inclui tarefas pós-conflito e as missões humanitárias, bem como as missões de Imposição de Paz, com vista a persuadir um determinado actor a adoptar uma determinada actuação.

2.4 DOUTRINA DA UNIÃO EUROPEIA

No âmbito da UE, os desenvolvimentos da taxonomia, no que diz respeito a esta temática, levam a que o conceito utilizado para designar as OAP fosse o de CMO. Isto deve-se essencialmente ao documento intitulado Declaração de Petersberg, onde são enunciadas as tarefas para a defesa colectiva no seio da UE. Neste texto, a utilização do

vector militar nestas tarefas é intencionalmente vago, para que o texto pudesse ser aprovado pelos diferentes Estados Membros, ao permitir uma interpretação diversa consoante os interesses e propósitos de cada um Branco (2009). Desta forma, no ponto 4 do capítulo II da declaração, são referidas três tarefas essenciais a desenvolver no âmbito da gestão de crises: tarefas humanitárias e de evacuação de cidadãos nacionais; tarefas de Manutenção de Paz e tarefas de combate em cenários de gestão de crises, incluindo a Imposição de Paz.

Para além destas tarefas, acresce ainda o contributo devido à defesa colectiva, de acordo com o tratado de Washington. Mais tarde, estas tarefas viriam a ser integradas na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), através do Tratado de Amesterdão, em 1997. Contudo, segundo Branco (2009, p.136) “o colete de forças imposto pelas missões de Petersberg”, ao restringir o uso da força ao nível militar, não impediu que se considerassem os conceitos de Manutenção de Paz, restauração e Imposição de Paz, em tudo semelhantes aos presentes no suplemento da Agenda para a Paz da ONU, assim como os presentes na OTAN.

Desde o seu início, o projecto europeu teve como intuito garantir a estabilidade e a paz no espaço europeu, contudo, tal desidrato só se mostrou possível intervindo para além das suas fronteiras geográficas. A perspectiva adoptada pela UE para abordar a questão da gestão de crises assumiu duas vertentes, que deverão actuar de forma concertada e integrada, respectivamente a vertente militar e a vertente civil.

Só a combinação destas duas vertentes, apesar das limitações impostas pela declaração de Petersberg ao nível do uso da força militar, permitem a projecção de paz e estabilidade além fronteiras. Por conseguinte a UE utiliza, segundo Gourlay et al. (2006) um conjunto de instrumentos combinados para responder a situações pré-crise, crise activa e pós-crise. Em 2000, no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira foram identificadas quatro áreas prioritárias da acção civil em Gestão de Crises: “capacidade de policia; estado de direito; administração civil e protecção civil”.

No documento da UE intitulado Civilian Headline Goal (2008), está plasmada claramente a intenção europeia de desenvolver os aspectos civis da gestão de crises. Segundo este documento, desenvolver a dimensão civil é parte de uma abordagem abrangente por parte da UE (o conceito de *comprehensive approach* da UE) consubstanciada na utilização de meios civis e militares para dar resposta coerente a todo o espectro da Gestão de Crises, nomeadamente: a Prevenção de Conflitos; Manutenção de Paz; tarefas de forças de combate em Gestão de Crises, incluindo a Imposição de Paz; e a estabilização pós-conflito.

A UE tem vindo gradualmente a desenvolver instrumentos e a alargar o seu quadro de intervenção na Gestão de Crises, acompanhando assim a evolução conceptual verificada e o aumento das suas capacidades neste domínio. A introdução da componente civil nas CMO, foi fruto dos acontecimentos que se precipitaram desde a Guerra-Fria até aos nossos dias e reflectem, segundo P. Fister (2008) a passagem do *peacebuilding* dos anos noventa para uma agenda de estabilização, que é uma nota predominante na actualidade e que se enquadra em boa parte na designada GWOT.

De acordo com Kupfershmidt (2007), o objectivo da CMO é em primeiro lugar resolver um crise/conflito, procurar estabilizar e garantir a segurança de determinado ambiente, para que as partes envolvidas consigam lidar com as causas da contenda e por fim reformar as instituições e as políticas, de forma a evitar uma nova crise. De notar contudo que uma crise pode ser causada não apenas por um conflito mas igualmente como causa de desastres naturais ou incidentes tecnológicos, isto segundo o conceito OTAN de Gestão de Crises. Ainda segundo Kupferschmidt (2007) é também importante salientar outro aspecto das CMO que se prende com o facto de envolver vários Estados, conferindo maior legitimidade à acção e exprimindo de forma mais acentuada a força da comunidade internacional.

2.5 CONCLUSÃO

Neste capítulo analisou-se o conceito de OAP, abordando a doutrina existente no âmbito da ONU, OTAN e UE. Nesta última procurou-se dar ênfase às CMO, como surgiu este conceito e de que forma este foi assimilado no seio da UE. Irá agora ser analisado modo o ambiente internacional influencia os TO para onde é projectada a EGF, de forma a ser possível uma melhor compreensão os desafios com que se pode deparar, bem como as ameaças mais comuns.

CAPÍTULO 3

O AMBIENTE INTERNACIONAL

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo vai-se abordar qual o actual contexto internacional e os desafios com que a EGF se depara nos cenários para onde é projectada. Pretende-se compreender de forma sucinta, que tipos de conflitos serão de esperar num mundo globalizado, desta forma será possível correlacionar este cenário com as capacidades da EGF, tanto ao nível de meios como no plano estrutural da sua organização. Numa fase posterior do trabalho irá concluir-se sobre a existência de uma real mais-valia decorrente da criação e utilização da EGF.

3.2 GLOBALIZAÇÃO

Considera-se relevante ter em conta o fenómeno da globalização como uma perspectiva incontornável para análise do sistema internacional. Após a II Guerra Mundial, este fenómeno teve um crescimento exponencial, com um impacto que se espalhou através do mundo. Este facto afectou a vida e a cultura de todos os países a uma escala global.

O real significado sobre o conceito de globalização não é actualmente consensual entre os autores, uma vez que uns focam-se mais nos seus aspectos políticos, outros nos económicos, culturais, sociais, entre outros. No entanto, tendo em conta o tema a abordar, os aspectos que nesta perspectiva assumem maior importância, são: as novas tecnologias de informação e dos computadores bem como domínio da comunicação social e do predomínio dos media.

Efectivamente, de acordo com Rickli (2007), a informação que os actores não estatais obtêm e manipulam para garantir os seus interesses, construindo verdadeiras redes de

influência e aproveitando os media para difundir a sua causa, na luta de ideais, tem uma influência profunda nos acontecimentos mundiais pois vão alterando a consciência colectiva. A actual crise das dívidas soberanas que opõem os Estados da Europa às agências de *rating* é um bom exemplo deste facto. A globalização permitiu que a guerra se tornasse numa espécie de espectáculo televisivo, transmitido em directo para milhões de pessoas em todo o mundo, influenciando a opinião pública, cujo *feedback* tem, por seu turno, um efeito directo no curso das operações militares no terreno.

Ainda segundo Rickli (2007), com a globalização os problemas locais passaram a ser transportados para o mundo inteiro através da média, nomeadamente no que diz respeito à protecção dos direitos humanos. As guerras não são mais conduzidas sob a direcção exclusiva de um único chefe ou líder, como durante a Primeira Grande Guerra, na qual os políticos dispunham de uma liberdade quase total para actuar. No presente, a opinião pública tornou-se num factor determinante, que não deverá de forma alguma ser menosprezado.

Conforme Almeida (1996), a globalização mudou igualmente a forma como os actores do Sistema Internacional (SI) interagem. Os Estados ficaram mais interligados através das tecnologias de informação e dos vectores económicos e financeiros, levando assim a que se estabelecesse uma maior interdependência entre os actores estatais e ao esbater das fronteiras culturais. As tecnologias de informação, que mercê da globalização ficaram cada vez mais acessíveis a um número crescente de pessoas, permitiram que os actores não estatais do sistema internacional pudessem facilmente operar além fronteiras, trocando informação e ideias, nem sempre com os melhores propósitos.

3.3 NOVAS FORMAS DE GUERRA

Tendo estes aspectos em consideração, é possível proceder-se a uma análise das novas formas de guerra que têm um reflexo directo nas CMO. Atenda-se ao facto de que as novas guerras não envolvem apenas entidades estatais, mas antes um conjunto de actores que vão ganhando estatuto e meios para desenvolverem os chamados conflitos de baixa intensidade, levando a que o Estado não detenha actualmente o monopólio do legítimo uso da força (K. Kelly et al, 2010).

De acordo com Rickli (2007), os grupos terroristas desafiam adversários muito mais poderosos e com muitos mais recursos a todos os níveis e, para ultrapassar a abismal assimetria nas capacidades estratégicas que os separa, recorrem à inovação, à iniciativa

e ao efeito surpresa. Consequentemente retirar a iniciativa dos grupos terroristas, através da utilização de novas tácticas de defesa, releva como um imperativo da actualidade. Neste sentido as tácticas assimétricas surgem como a única saída viável para um adversário com falta de recursos e que muitas vezes tem dificuldade em apresentar argumentos válidos para defender a sua causa. Portanto, as novas guerras surgem em boa medida como consequência directa do poder militar das potências ocidentais, ser bastante superior aos demais actores do sistema internacional. Estes vêem-se forçados a recorrer a meios insidiosos e a tácticas assimétricas, para fazer face à ameaça aos seus interesses, uma vez que um confronto militar convencional directo, ser-lhes-ia completamente infrutífero. Esta é, em última análise, uma das causas do recurso aos ataques terroristas.

Tendo em conta Record (2003), uma questão que os Estados deverão ter em atenção, reside na actual multiplicidade de ameaças e no carácter difuso das mesmas, visto que estas são materializadas essencialmente: pela proliferação de armas de destruição massiva, pela existência dos intitulados Estados pária, pelo crime organizado, pela acção dos grupos terroristas e pelos Estados falhados, entre outros. Em consequência deste facto, é que ao contrário dos conflitos tradicionais, nos quais a vitória consistia em destruir ou retirar às forças inimigas a capacidade de combate, o inimigo actual rege-se por parâmetros distintos de sucesso.

De acordo com Brunskill (2002), as tecnologias de informação difundiram-se rapidamente, entre aqueles que as utilizam e aproveitam as suas potencialidades, em contraste com aqueles onde esta dinâmica não chegou ainda, ficando assim as sociedades ocidentais cada vez mais dependentes dos sistemas electrónicos e da informática. Este facto apresenta reflexos a todos os níveis, nomeadamente, no que concerne ao uso da força militar. A guerra actual depende, em boa medida, da utilização em larga escala da tecnologia e de sistemas electrónicos extremamente avançados, que permitem a troca rápida de informação. Contudo, só os actores estatais mais poderosos possuem estas valências e como tal, os actores não estatais vêem-se obrigados a ultrapassar esta assimetria de forma a combaterem um adversário muito mais poderoso e como muitos mais recursos. Assim, para o efeito, procuram tirar partido da crescente dependência das tecnologias de que as sociedades ocidentais são alvo, tanto ao nível individual como das organizações, atacando as suas estruturas tecnológicas.

Para finalizar esta análise, é importante compreender o tipo de respostas adequadas à nova realidade a que o mundo ocidental poderá recorrer. Vivemos numa economia assente no petróleo, sendo este recurso energético a base da economia mundial. Este

facto faz com que, presentemente, as novas formas de guerra não estejam directamente relacionadas com a obtenção de território, ou com a redefinição de fronteiras. Esta realidade altera substancialmente a forma como os Estados se empenham presentemente nos conflitos, dando azo a que, por regra, estes assumam um carácter de conflitos limitados.

Neste contexto, surgem questões como a pressão da opinião pública, que nestas circunstâncias tem maior dificuldade em aceitar um elevado número de baixas num TO distante e sobre o qual tem poucas ou nenhuma referências. Da mesma forma, o imperativo da observância escrupulosa do direito internacional, como forma de legitimar as acções militares, mudou por um lado os métodos como as forças ocidentais actuam no terreno e, por outro, alargou o espectro das áreas nas quais poderão intervir.

De acordo com o site <http://ukOTAN.fco.gov.uk/en/uk-in-OTAN/comprehensive-approach>, acedido em 28 Maio de 2011, é de salientar a chamada *Comprehensive Approach*, um conceito que a OTAN adoptou na cimeira de Riga, na qual os aliados, mercê da experiência nos conflitos do Afeganistão e do Kosovo, chegaram a um consenso quanto à forma de actuar nos novos tipos de conflito. Este conceito, traduz-se numa abordagem abrangente das operações, centrada agora não exclusivamente na sua componente da segurança, mas antes alargadas às vertentes económica, de apoio ao funcionamento das instituições do Estado, Justiça, Segurança Interna, etc. Pressupõe o incremento da cooperação com as organizações internacionais (ONU, entre outras), bem como com as organizações não governamentais e com os actores regionais/locais, tanto no domínio do planeamento como na condução das operações.

Em síntese, passa-se de uma visão centrada na prevalência do sector da segurança, para uma cooperação ampla, perspectivando que as operações do presente requerem não só as vertentes conjuntas e multinacional, como igualmente uma dimensão multiagência.

Tendo estes aspectos em consideração, podemos verificar, como refere E. Culpepper (2010), que a obtenção de determinado objectivo pela conquista militar de um adversário, ou a remoção de um regime, constitui-se apenas como um passo intermédio em direcção a uma paz duradoura. O cumprir dos objectivos estratégicos só pode ser alcançado pelo estabelecimento de um governo local viável e autosustentado. A transição da vitória militar para a vitória estratégica deve, portanto, assegurar concomitantemente as necessidades da população, o que está provado ser mais difícil do que a vitória militar por si só.

Segundo R.Hula (2010) a intervenção dos Estados Unidos da América (EUA) na Bósnia, Iraque, Afeganistão, Haiti e Kosovo, demonstram a necessidade de repensar as operações de estabilização através da adopção de um conceito em tudo idêntico ao de CMO europeu.

3.4 CONCLUSÃO

Verificado assim o estado da arte nesta matéria, é possível concluir que as ameaças existentes nos cenários presentes nas CMO, são difusas e imprevisíveis, como fruto do contexto internacional que se vive presentemente, não sendo propiciador de um conflito do foro clássico. A EGF é uma organização que se constitui como uma mais valia no desempenho das CMO, num ambiente caracterizado por ameaças difusas, incertezas e assimetrias, como aquele verificado nos conflitos mais recentes. Vai-se agora proceder à análise das capacidades e da génese da EGF, de modo a posteriormente poder-se inferir sobre o modo como se poderá constituir como uma mais-valia aquando do seu emprego nas CMO.

CAPÍTULO 4

A EUROGENDFOR

4.1 INTRODUÇÃO

No presente capítulo é abordada a EGF, a sua génese, as suas capacidades e a sua estrutura. Seguindo uma ordem cronológica verificar-se-ão quais as motivações que levaram à criação da EGF por parte dos diferentes países que a compõem. Pretende-se deste modo demonstrar em que medida se adequa às necessidades e exigências que, como verificado anteriormente, uma CMO acarreta.

4.2 GÉNESE

Segundo De Weger (2009), as forças do tipo gendarmerie são organizações de segurança bem consolidadas, que possuem uma mistura de características militares e policiais, criadas no século XVIII e XIX. A partir dos anos noventa do século XX, as forças do tipo gendarmerie começaram a ser empenhadas em inúmeras CMO, nomeadamente nos Balcãs, no Iraque e no Afeganistão. Em 1992, o Director Geral da Gendarmerie Francesa tomou a iniciativa de criar a moldura legal e formal para a troca de informação, de experiências e treino entre as gendarmeries europeias. Em 12 de Maio de 1994, foi assinado um acordo entre as forças de gendarmerie francesa, italiana e espanhola, tendo Portugal, em 1996, assinado igualmente este acordo, sendo deste modo criada a FIEP. Mais tarde juntaram-se também a Turquia, Marrocos, a Holanda e a Roménia.

No Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, em Junho de 2000, os Estados Membros acordaram que até 2003 iriam desenvolver a capacidade, de empenhar em missões internacionais até 1000 agentes de polícia, num prazo de 30 dias. Em 2004, o Conselho Europeu criou a FRONTEX, que tem como missão coordenar a segurança das fronteiras

dos Estados-Membros. Em 2005 é criada a *European Police College*, que tem essencialmente uma actividade de pesquisa e de formação de Oficiais dos quadros superiores das polícias da UE.

Em 17 de Setembro de 2004 foi assinada em Noordwijk, na Holanda, a Declaração de Intenção para iniciar a EGF. Portugal, França, Itália, Holanda e Espanha. O Anexo A – Declaração de Intenção, apresenta este documento. Em 23 de Janeiro de 2006, foi inaugurado em Vicenza, Itália, a EGF, numa cerimónia militar. De acordo com o site oficial da EGF, esta foi declarada operacional pelo Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN), numa reunião que teve lugar em Madrid, a 20 de Julho de 2006. Esta decisão foi tomada após terem sido avaliados os resultados do exercício EGEX 06, que foi levado a cabo simultaneamente em Valdemoro/Espanha e Vicenza/Itália. Neste exercício, ficou demonstrada a capacidade da EGF para levar a cabo uma ou mais missões policiais em cenários CMO.

Segundo Lalinde (2005), as diferenças entre as várias nações que compõem a organização ficaram bem patentes desde as primeiras reuniões. A França propunha que se criasse um Quartel-General Permanente (PHQ), para garantir autonomia em relação às estruturas já existentes na UE. Contudo, as restantes nações preferiam utilizar e maximizar as estruturas já existentes no seio da UE, inserindo-a nesta. Contudo, uma vez que seria difícil inserir a EGF na moldura da UE, o conceito francês acabou por ser o adoptado.

De acordo com Armitage e Moisan *in* De Weger (2009,p.14), os diferentes países que compõem a EGF, tinham interesses distintos e viram nesta uma oportunidade para atingirem objectivos diversos. A França via na EGF um meio natural para manter a liderança dos países do Sul da Europa, a Itália uma oportunidade para se promover como potência europeia. Por seu turno, Espanha e Portugal encontraram uma possibilidade para cimentar a sua influência e melhorar o seu estatuto na Europa. Portugal encontrou na EGF uma forma de melhorar o seu estatuto no SI. Quanto à Holanda, esta contemplou na EGF um ensejo para incrementar a cooperação policial com o resto da Europa. Outros países também mostraram formalmente interesse em fazer parte da EGF, nomeadamente, a Lituânia, Polónia, Roménia e Turquia. Contudo, por razões políticas, ou outras relacionadas com o estatuto e as missões desempenhadas pelas forças em causa, apenas a Roménia, com a sua Gendarmerie, se converteu num membro da EGF, em Dezembro de 2008. A Polónia e a Lituânia, passaram a adquirir o estatuto de parceiros da EGF e a Turquia o país observador. No entanto, estes países já participaram em exercícios da EGF.

4.3 ESTRUTURA E OBJECTIVOS DA ORGANIZAÇÃO

De acordo com o artigo 1º do Tratado que estabelece a EGF, o objectivo desta é constituir-se como uma força operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projectável, de forma a cumprir tarefas policiais no âmbito das operações de gestão de crises. Segundo o artigo 3º a EGF possui o PHQ em Vicenza. Este é modular, multinacional e projectável. Terá uma estrutura de recursos humanos composta por militares, assim como por civis.

As forças da EGF serão constituídas pelos militares dos diferentes países da organização que participam num exercício ou numa missão concreta de acordo com a alínea c) do artigo 3º do mesmo diploma. O Quartel-General (HQ) designado para a missão da força estará localizado na área de operações e irá assistir na acção de comando o Comandante da força destacada pela EGF, de acordo com a alínea e) do mesmo artigo. O CIMIN é a autoridade de decisão da organização, competindo-lhe escolher o comandante da EGF e o comandante da operação, sendo apoiado pelos grupos de trabalho necessários, de acordo com a alínea g) do mesmo artigo.

De acordo com o site da EGF (www.eurogendfor.org), acedido em 22 de Maio 2011, no nível estratégico a EGF está ao dispor da UE e quando é empenhada num cenário de Gestão de Crises, o Comité Político e de Segurança assume o controlo político e a direcção estratégica da operação. A EGF pode de igual modo ser colocada à disposição da ONU, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da OTAN e de outras OI, ou de coligações ad hoc.

Ainda segundo o site oficial da EGF, esta está estruturada ao nível operacional pelas seguintes entidades: Comandante, Segundo Comandante, Chefe de Estado-Maior e os Subchefes de Estado-Maior, que constituem a chefia do Estado-Maior da força, dividindo-se em operações, planeamento e doutrina, e logística.

No que diz respeito ao nível tático, a EGF pode ser colocada sob a dependência de uma cadeia de comando militar ou de uma autoridade civil. Pode ser empenhada com um efectivo de 800 militares no prazo de 30 dias, podendo igualmente projectar o seu HQ. A força irá actuar de acordo com os conceitos operacionais das *Integrated Police Units* (IPU), desenvolvidos no seio doutrinário da UE. Será composta por: componente operacional, vocacionada para a manutenção da ordem pública; componente de combate ao crime, que inclui especialistas em investigação criminal, análise e recolha de informações, controlo de tráfego, inactivação de engenhos explosivos, entre outras;

componente de apoio logístico, responsável pelas actividades relacionadas com reabastecimento, manutenção, evacuação e cuidados sanitários, entre outros.

De acordo com o artigo 4º do Tratado da EGF, esta é capaz de outras missões, e.g. treinar e formar agentes de polícia locais de acordo com os padrões de actuação internacionais e treinar instrutores através de programas de cooperação entre outras.

4.4 CAPACIDADES

Ao analisar o conceito operacional da EGF é possível retirar algumas ilações importantes para este trabalho. Em primeiro lugar, aquele documento refere que a experiência obtida no passado, em OAP, levou a que surgisse a ideia de que as CMO são ferramentas essenciais para a prevenção de conflitos, bem como para o contributo da estabilidade internacional. Salienta-se que as principais mais-valias apresentadas pela EGF são, a capacidade de actuar em ambientes hostis, em particular em missões de estabilização, a par da capacidade para ser rapidamente empenhada.

Este documento focaliza-se em dois cenários. Em primeiro lugar, o cenário de substituição. Este caracteriza-se por diversos factores, fruto essencialmente da diminuição significativa da administração central, que se reflecte na incapacidade das instituições estatais fornecerem um ambiente seguro. Assim, o crime organizado prolifera, as violações dos Direitos Humanos são uma constante, a corrupção torna-se endémica, dá-se o colapso da economia etc. Normalmente, durante a fase inicial de uma operação, a componente militar é responsável por assegurar um ambiente seguro na área de operações, podendo assim a presença policial ter de actuar debaixo da cadeia de comando militar. Ao passar a responsabilidade para as autoridades civis, as forças policiais têm um papel preponderante, uma vez que uma CMO evolui, normalmente de um cenário de substituição para um de *strengthening*. O segundo cenário é, de acordo com o conceito operacional da EGF, precisamente o de *strengthening*. Neste o estado final desejado consiste no desenvolvimento das estruturas locais de acordo com os padrões internacionais, para evitar futuras intervenções externas. As forças policiais internacionais, terão como missão a monitorização, supervisão e aconselhamento das polícias locais. A operação pode abranger todo o espectro da estrutura policial de determinado país ou apenas de determinadas aéreas mais técnicas. Poderão ser empregues IPU para proteger os elementos que executarão a missão num cenário de *strengthening*.

A EGF pode ainda ser empenhada numa operação humanitária. Estas operações podem surgir na sequência de um conflito violento ou de um desastre natural que provoquem um grande movimento de pessoas para uma área mais segura. A incapacidade das autoridades locais para lidarem com este tipo de consequências conduz a violações dos Direitos Humanos. As pilhagens são frequentes e a distribuição da ajuda humanitária é posta em risco.

4.5 CONCLUSÃO

Apurou-se no presente capítulo ao estudar a génese da EGF, que esta é assente num processo político de decisão de grande complexidade, uma vez que os membros que presentemente a compõem possuíam diferentes interesses a salvaguardar, bem como conceitos distintos quanto a determinados aspectos da organização.

Constatou-se de igual modo, que a cooperação entre gendarmeries é um fenómeno anterior à EGF vindo a acentuar-se na Europa desde os anos noventa do século XX. Outro ponto a salientar é a capacidade que a EGF tem para, num curto prazo, empenhar um número significativo de efectivos colocados ao dispor de diversas OI ou organizações regionais.

É de destacar o vasto leque de missões que são passíveis de cumprimento pelas forças da EGF, nomeadamente, no que concerne à manutenção da ordem pública, à investigação criminal, à capacidade de formar as polícias locais, bem como preparar os seus Oficiais. Para além destes factos, é de salientar a existência de um PHQ com as especificidades atrás enunciadas. Estas características, quando conjugadas com o cenário que se encontra actualmente na generalidade dos conflitos modernos, descrito no capítulo anterior, permite inferir sobre a inequívoca importância da EGF. Segundo Solana (2006), de acordo com os desafios que enfrentamos no mundo actual, a EGF é um dos instrumentos com maior pertinência para lidar com as ameaças, visto que aplica uma abordagem multidisciplinar às questões da gestão de crises. Assim sendo, no capítulo seguinte far-se-á um levantamento das principais mais-valias das forças gendármicas, quando empenhadas em CMO.

CAPÍTULO 5

AS MAIS-VALIAS DAS FORÇAS GENDÁRMICAS

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são analisadas as mais-valias que as forças gendármicas em geral e a EGF em particular, podem apresentar num cenário de CMO. Estas representam a interligação existente entre as características dos teatros para onde são projectadas, as capacidades da força e os objectivos que se pretendem alcançar. É importante também fazer um contraponto com as competências das Forças Armadas e com as aptidões das Forças de Segurança de natureza civil, salientando os aspectos convergentes e divergentes da sua actuação.

5.2 MAIS-VALIAS

Segundo H.Bayley (2001), as forças envolvidas nas missões de *peacekeeping* poderão ter de proteger refugiados, prender criminosos de guerra, proteger instalações de comunicações, apoiar processos eleitorais, obter informação no âmbito da investigação criminal, destruir gangs de criminosos e evitar que ocorram acções de intimidação entre as partes de um determinado conflito. Neste tipo de missões, que não são propriamente missões de combate, irá emergir um vazio de segurança, referido em grande parte da literatura de referência como *security gap*. Esta é uma realidade insofismável, a não ser que as Forças Armadas estejam dispostas a serem empregues como forças de segurança empenhadas em missões policiais, até que a comunidade internacional esteja em condições de disponibilizar uma alternativa civil ou uma polícia local competente.

,

Neste sentido, de acordo com Alcantud (2008), a natureza dos conflitos modernos, como aliás já foi mencionado em capítulos anteriores, levou a que as Forças Armadas revissem a sua doutrina, especialmente no que concerne ao período pós-conflito. Segundo o mesmo autor, isto deveu-se em parte à experiência obtida no Afeganistão e no Iraque, que teve como consequência uma revisão dos conceitos das operações de estabilização, de transição ou de reconstrução, chegando-se à conclusão que a gestão de um conflito, após uma intervenção inicial, não é de natureza exclusivamente militar, antes abrangendo uma multiplicidade de sectores.

De acordo com K.Kelly et al (2009), uma força de estabilização, referindo-se a uma força do tipo da EGF, poderá ter um papel significativo, também para moldar um determinado cenário antes de um conflito armado propriamente dito e durante o decorrer do mesmo, bem como garantir que a lei e a ordem sejam respeitadas, na medida do possível. Desta forma, a componente gendármica deverá ser utilizada, pois persiste ainda uma grande demora na implementação da acção efectiva da polícia civil. Isto provoca o supramencionado *security gap*, situação na qual as Forças Armadas são forçadas a assumir tarefas de âmbito policial.

K. Kelly et al (2009) subscreve esta ideia, ao dizer que as *stability operations*, conceito americano em tudo semelhante às CMO europeias, são uma realidade inegável da política externa dos Estados Unidos. As operações deste tipo têm como objectivo, em primeiro lugar, fazer cumprir a lei e a ordem e, em segundo lugar, manter a segurança necessária para desenvolver sem riscos as actividades económicas de um Estado. Sendo assim, as Forças Armadas e Forças de Segurança desempenham papéis diferentes mas complementares, sendo ambas necessárias para o sucesso da operação.

Segundo Alcantud (2008), dependendo de cada país as forças gendármicas desempenham um largo espectro de especialidades dentro do trabalho policial. Para além disso, de acordo com este autor, existe outra vantagem, que se prende com o estatuto militar destas forças, que permite que fiquem em algumas situações sob a alçada do Ministério da Defesa e também inseridas na cadeia de comando militar. Portanto, estas características permitem que sejam utilizadas nas fases iniciais de uma CMO. As funções policiais, neste tipo de cenários, devem ser levada a cabo por corpos especializados, preparados, equipados e com experiência e mentalidade policial adequada ao trato com a população civil, pois sem estas características, como se verá posteriormente, a possibilidade de se assistir a uma escalada da violência é muito elevada.

De acordo com De Weger (2009), as forças gendármicas tem custos menores que as Forças Armadas, pois não utilizam equipamento tão pesado e tecnologicamente sofisticado, providenciando segurança de acordo com os padrões utilizados no seu próprio território de origem. Para as partes em conflito, poderá ser mais aceitável ao nível político o empenhamento de forças gendármicas numa CMO, uma vez que ao serem uma força de segurança não são tão susceptíveis de serem vistas como inimigo. Assim, para potenciais adversários, será mais difícil manipular a opinião pública no sentido de se oporem à acção desta força.

Ainda de acordo com Alcantud (2008), as situações de instabilidade que se verificam nos cenários para onde são projectadas as forças gendármicas, exigem que estas sejam unidades policiais robustas, bem equipadas e com capacidade de autoprotecção, características essas que são facilmente constatáveis na EGF. A dependência das forças gendármicas, mesmo que temporária, em relação à cadeia de comando militar, permite que se alcance grande rapidez no planeamento, empenhamento e obtenção dos recursos logísticos necessários. Permite assim tirar partido do factor tempo, o que segundo K. Kelly et al (2009) dá a possibilidade de ganhar uma vantagem sobre os demais adversários. Nas polícias civis, esta rapidez de empenhamento de unidades robustas e equipadas para intervir em situações de ordem pública é consideravelmente limitada.

Outra vantagem das forças gendármicas apresentada por Alcantud (2008) é a de possuir metodologias de planeamento normalizadas, experiências multinacionais comuns e um comando multinacional conjunto permanente, permitindo uma continuidade e uma estabilidade na capacidade de planeamento. Uma vez que a EGF pode estar integrada tanto numa cadeia de comando militar como civil, proporciona à comunidade internacional uma valiosa ferramenta policial, pois consegue assegurar a transição de uma cadeia para a outra.

Alcantud (2008) salienta também, que a maioria dos países contribui para a componente policial das CMO enviando Oficiais de polícia a título individual, sendo poucos os países dispostos a proporcionar unidades de polícia para actuar com um efectivo mandato executivo.

De acordo com K. Kelly et al (2009), após o colapso de um regime repressivo no qual o abuso de autoridade era constante, regista-se um aumento exponencial da criminalidade. Normalmente, as forças locais não conseguem lidar com este aumento de insegurança. K. Kelly et al (2009) destaca algumas tarefas mais importantes num cenário CMO, que podem ser desempenhadas pelas forças policiais de estabilização, que reúnem, em última análise, as características de uma força de gendarmerie. Em primeiro lugar, a

capacidade de investigação. Esta investigação deve entender-se para além da mera investigação criminal, alargando-se à investigação de redes criminosas em larga escala. Cria-se, desta forma, a possibilidade de descobrir onde e quando actuam as redes criminosas, milícias armadas ou grupos de insurgentes. Outra das missões importantes será a desempenhada por forças *Special Weapons And Tactics*, que se poderá entender como o equivalente às forças de operações especiais da GNR. Num cenário CMO, estas têm a mais-valia de poderem ser usadas em missões de resgate de reféns, situação essa que aconteceu não raras vezes nos conflitos mais recentes.

A título de exemplo, na Bósnia, os grupos criminosos organizados tiveram facilmente acesso a armamento, uma vez que, como consequência do conflito, traficantes e contrabandistas encontraram um terreno fértil para se expandirem. As forças de Ordem Pública são também, na visão deste autor, extremamente importantes, uma vez que motins violentos, encetados por multidões organizadas, são situações recorrentes em CMO, como ocorreu no Kosovo e na Bósnia. Estas situações requerem grande experiência e sólida disciplina por parte das forças de segurança, para que o princípio do uso mínimo da força seja correctamente aplicado, evitando o escalar da violência. Atenda-se ao facto de que o uso excessivo da força por parte das autoridades, pode ser um dos objectivos dos autores do motim, perspectivando denegrir a imagem das forças estrangeiras. Como se viu em capítulos anteriores, a velocidade galopante com que a informação circula nos media nos dias de hoje, leva a que situações como a descrita possam rapidamente pôr em causa a imagem de legitimidade da força junto da opinião pública.

Por último, ainda de acordo com K. Kelly et al (2009), a capacidade de recolher informação é uma das tarefas indispensáveis em CMO, cujas forças gendármicas possuem capacidade para executar. Apesar de esta actividade seguir metodologias diferentes no vertente militar e na vertente policial, quando bem executadas, ambas acabam por se complementar, uma vez que abordam aspectos distintos da mesma realidade.

Para além destas tarefas, K.Kelly et al (2009) considera igualmente que as forças do tipo gendarmerie poderão perfeitamente ser empenhadas em missões de segurança de área, escoltas, segurança a altas entidades, segurança de fronteiras e providenciar segurança nos actos eleitorais. Contudo, empenhar todo o efectivo nestas tarefas, poderá implicar que sejam postas em causa outras missões, nomeadamente as de ordem pública, que se consideram de maior relevo em missões CMO, uma vez que as Forças Armadas estão similarmemente aptas a realizar aquelas missões.

São também importantes outros dois aspectos considerados por K. Kelly et al (2009). O facto de a longo prazo as forças internacionais terem de dar por concluída a sua missão em determinado TO, faz com que seja de todo desejável que as autoridades locais consigam garantir a segurança e impor a lei de forma autónoma. Como se viu anteriormente, para alcançar tal desígnio, as forças gendármicas, e mais concretamente a que constitui o objecto deste estudo, a EGF, têm a capacidade de formar e instruir as forças de segurança locais, conseguindo assim que a transição de responsabilidade para as mesmas ocorra com eficácia e sobretudo com segurança.

O conceito operacional da EGF enuncia inúmeras capacidades desta organização. Contudo, estas foram expostas ao longo deste capítulo, restando apenas realçar a interoperabilidade existente no seio desta força. Atenda-se ao facto que este é um aspecto chave para a eficácia operacional de qualquer força, em particular das multinacionais. Esta é alcançada através da adopção de tácticas, técnicas e procedimentos, para além de padrões de treino comuns, exercícios conjuntos e equipamentos compatíveis.

5.3 CONCLUSÃO

Verificou-se ao longo deste capítulo que são inúmeras as mais-valias na utilização da EGF em CMO. Confirmando deste modo a ideia que já vinha sendo amadurecida no seio da UE há algum tempo, no que concerne à importância crescente atribuída ao emprego de polícias com natureza militar em OAP. A EGF possui características particulares, nomeadamente, no que concerne à robustez, capacidade de planeamento e organização, características inerentes às forças militares. Para além disso, os seus elementos actuam também segundo um padrão que favorece a interacção com o cidadão, fruto da sua formação policial e do uso controlado e progressivo da força. Por último e não menos importante, são de realçar os padrões de planeamento estandardizados e a interoperabilidade das forças que compõem a EGF, que se converte assim numa mais-valia em relação a qualquer estrutura de comando ou força criada ad hoc, podendo ser projectada num curto espaço de tempo.

CAPÍTULO 6

O FUTURO

6.1 INTRODUÇÃO

Analisar o presente e conhecer o passado, são tarefas relativamente simples quando comparadas com a de tentar prospectar o futuro. Existindo uma miríade de variáveis num mundo em constante mudança, torna-se extremamente audacioso através dos indicadores actuais, equacionar uma realidade a longo prazo. Contudo, visto que este TIA aborda a importância das forças gendármicas nas CMO, esta importância só terá significado se for contínua no tempo e se projectar no futuro. Com o intuito de não limitar este TIA a uma mera obra retrospectiva e descritiva, neste capítulo pretende-se lançar um olhar sobre o papel da EGF e das forças gendármicas nos anos que se adivinham. Pretende-se limitar este exercício essencialmente à verificação da influência que o SI no futuro terá na EGF e que impacto terão nas missões desta força as alterações no ambiente de segurança, nomeadamente as relacionadas com questões ambientais e com a influência das novas tecnologias.

6.2 SISTEMA INTERNACIONAL

É um dado consensual que no futuro próximo, os EUA continuarão a ser a potência prevalecente no SI. Segundo F. Treveiton (2010), a tendência global até 2025 é que o SI seja multipolar, no qual os EUA terão de ter em conta os interesses de outras potências na execução das suas políticas e procurar uma cooperação mais activa com outros actores do SI. Ao considerar-se o facto da EGF ser uma organização europeia que não tem paralelo nos EUA, facilmente se pode depreender que esta se torna uma mais-valia para os seus membros. Os Estados que constituem a EGF, poderão tirar partido das

suas forças e usá-las para impor os seus interesses aquando da criação de coligações ad hoc para actuar em determinados conflitos. Outro aspecto a salientar surge da análise da figura 6.1 que de seguida se apresenta:

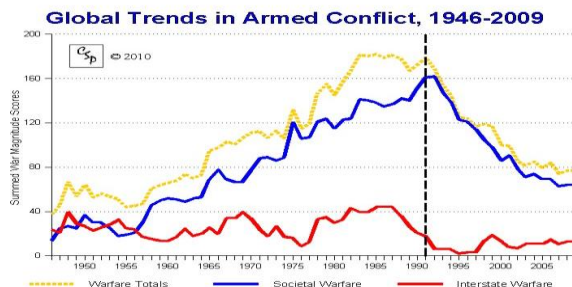


Figura 6.1: Tendência global nos conflitos armados

Fonte: <http://www.systemicpeace.org/conflict.htm>

Pode-se constatar, de acordo com a interpretação oficial destes dados, que desde a Segunda Guerra Mundial, a ONU tem-se revelado como uma instituição eficaz, no que concerne à função reguladora das guerras intra-estatais. Contudo, as guerras que envolvem actores não estatais proliferaram, atingindo um pico nos anos que se seguiram ao final da Guerra-Fria, confirmando a tendência do aumento constante dos conflitos de baixa intensidade ao longo da mesma. É possível concluir que se a arquitectura das OI, em especial a ONU, se mantiver imutável nos anos vindouros, poderemos continuar a assistir a um aumento deste tipo de conflitos. Ao conjugar esta premissa, com as capacidades e competências da EGF já mencionadas, a possibilidade desta organização continuar a aumentar a sua importância é bastante elevada. Outro dado de interesse é o que a seguinte figura 6.2 apresenta:

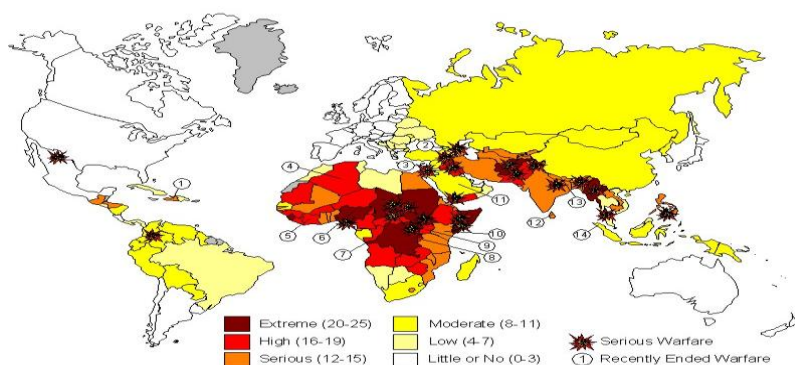


Figura 6.2: Locais de maior conflitualidade 1946-2010

Fonte: <http://www.systemicpeace.org/warlist.htm>

Através do observado nesta figura 6.2 tem-se a noção das regiões mais flageladas pelos conflitos nas últimas décadas. É patente que os países africanos, a região do Magrebe e o Médio Oriente, assim como alguns países asiáticos, constituem-se como as regiões mais afectadas pela conflitualidade. Tendo em conta a esfera de influência dos países europeus, nomeadamente os que fazem parte da EGF, é possível tirar algumas ilações. Grande parte dos países afectados pela conflitualidade são ex-colónias dos países que compõe a EGF e com os quais estes mantêm relações de amizade e cooperação. Portugal, com Angola, Moçambique, Guiné, e Timor-Leste (onde desempenha um papel preponderante na segurança, apesar de não estar inserido no âmbito da EGF); a França com a Argélia e Marrocos; a Itália com a Líbia e.g.

Segundo fontes oficiais da Comissão Europeia, a UE tem como objectivo estratégico construir uma Europa estável, com reconhecida força política, económica e diplomática no mundo. Os Balcãs são um exemplo desse esforço. Existe de igual modo interesse para a UE que o Médio Oriente se encontre estabilizado, sendo prova deste facto a doação de 1,6 mil milhões de euros em subsídios e empréstimos concedidos à Autoridade Palestiniana, entre 1994 e 1999. Tendo em conta a parceria euromediterrânea, com vista às trocas comerciais, ao controlo da emigração e do tráfico de droga, assim como da preservação dos Direitos Humanos, é possível verificar qual a importância desta região para a UE.

Portanto, o que se retira destes dados é que se esta tendência de conflitualidade se mantiver, em locais onde os países europeus têm influência e interesses a defender, poderão existir no futuro mais CMO nestas regiões, ou a cooperação policial vir a aumentar. Sendo a EGF constituída por forças de países da UE, é expectável que esta venha a ser utilizada mais frequentemente nestas regiões, apresentando-se como um valor acrescentado para a sua estabilidade e segurança futuras.

6.3 PROBLEMAS AMBIENTAIS

Segundo F.Treivton (2010), o crescimento económico, o aumento da população e a pressão crescente sobre os recursos vão trazer enormes desafios ambientais. Ideia também partilhada por De Weger (2009) que refere que o aumento da população levará a um acréscimo de urbanização, desemprego juvenil e falta de recursos básicos. Assim sendo, os incidentes de ordem pública serão uma constante e a EGF uma ferramenta muito útil para os solucionar. As alterações climáticas, ao criarem condições para que

surjam fenómenos climáticos extremos, irão levar a um aumento de preocupação por parte das populações por esta conjuntura. Esta torna-se numa janela de oportunidade para as forças gendármicas actuarem na fiscalização das actividades humanas, nomeadamente nas relacionadas com o controlo dos recursos naturais. Este cenário é, em parte, já uma realidade em Portugal e.g. ao verificar o trabalho desenvolvido pelo Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente da GNR.

Mais dados existem que corroboram esta hipótese. Segundo Weinthal (2008) existe uma grande disparidade nos recursos de água doce no planeta, sendo algumas das fontes de água doce partilhadas entre os Estados, podendo igualmente ser uma fonte geradora de conflitos. Outro dado importante é apresentado por Smith (2008) ao referir que no século XXI, os novos agentes patogénicos têm mais facilidade em serem transmitidos entre a população, gerando epidemias. Estas resultam do grande aumento da densidade populacional, juntamente com a vertente tecnológica empregue nos meios de transporte modernos, que permite a deslocação rápida de indivíduos infectados para locais longínquos. Existe uma relação entre alterações climáticas, doenças contagiosas e a segurança. Os vectores de transmissão de doenças e.g. mosquitos, são muito sensíveis às mudanças no clima, levando assim os agentes patogénicos para regiões novas, confrontando a população local com uma doença para a qual não estava preparada. Isto tem um impacto na economia e por conseguinte na segurança, pois segundo este autor, uma população doente terá uma menor produtividade. Esta produtividade pode descer até ao nível em que a população terá de ultrapassar grandes privações e a falta de acesso a recursos básicos, sendo igualmente um factor de aumento da insegurança.

Outro facto interessante é nos apresentado por McKeown (2008), ao referir que os eventos climáticos extremos, levam muitas vezes a deslocações das populações em grande escala. Provocam de igual modo a perda de habitações, de vidas, de serviços básicos essenciais, como o acesso à água e saneamento. As mudanças climáticas constituem-se como uma ameaça multifacetada, cujos efeitos são difíceis de prever, mas que seguramente têm um impacto na segurança.

Tendo todos estes aspectos em consideração, as Forças de Segurança no geral, e as forças gendármicas em particular, terão um papel importante no restabelecimento da ordem, no evitar de pilhagem e na ajuda humanitária às populações. Os cenários referidos, são já de certa forma frequentes na actualidade e tudo indica que também o serão no futuro.

6.4 NOVAS TECNOLOGIAS

Segundo Coyle et Meier (2009) os conflitos violentos e os desastres naturais têm sido uma constante da existência humana, todavia o número de crises humanitárias, como consequência directa destes, tem aumentado nos últimos anos. Os países apresentam também as infra-estruturas de comunicação mais débeis. As novas tecnologias têm permitido que as organizações internacionais possam comunicar mais facilmente com as comunidades afectadas e que estas estabeleçam contacto entre si mais rapidamente. Apesar deste facto o seu potencial ainda não foi totalmente explorado.

Segundo os dados recolhidos no relatório do Instituto de Estudos Estratégicos da UE e do *National Security Council* denominado *Global Governance 2025: At a Critical Juncture*, os actores não estatais estão a desempenhar um papel cada vez mais relevante na agenda internacional. Isto deve-se em parte às novas tecnologias, como as mencionadas anteriormente, que permitem a indivíduos isolados e grupos coordenarem entre si acções que ultrapassam os limites além fronteiras. Assim sendo, as tecnologias de comunicação têm, provavelmente, sido o meio mais importante para conferir um papel determinante à sociedade civil e à opinião pública, no sentido de influenciarem os processos de decisão política. Como se pode verificar, o desenvolvimento tecnológico, nomeadamente das tecnologias da informação, tenderá a criar um ambiente mais complexo nos cenários de actuação futura da EGF. Por outro lado, a cooperação com os actores não estatais poderá vir a tornar-se mais acentuada, à medida que os mesmos aumentam a sua importância no S.I. De Weger (2009) salienta a possível cooperação com empresas de segurança privadas. De acordo com Burrows (2010), o uso da biotecnologia em ataques terroristas e.g. constitui-se como uma ameaça a tomar presentemente em consideração. Deste modo, os países mais desenvolvidos têm e terão futuramente a preocupação de prevenir potenciais doenças, fruto do uso de armas biológicas. Por outro lado, actualmente, os países em vias de desenvolvimento procuram combater os problemas que os afectam no imediato, ou seja, aqueles relacionados com as doenças infecto-contagiosas que os assolam, facto que se vislumbra irá manter-se no futuro. Acresce referir que os sistemas de saúde são mais fracos onde mais precisos são. Precisamente, são os países mais pobres que revelam maiores dificuldades em implementar as medidas mais simples para combater este tipo de problemas.

De acordo com De Weger (2009), serão cada vez mais frequentes os cenários onde a EGF poderá executar tarefas adicionais de segurança, na sequência do despontar de epidemias de doenças contagiosas.

Esta intervenção poderá dar-se tanto no interior das fronteiras da UE como fora do espaço europeu, em países onde as fracas infra-estruturas sanitárias aumentam a gravidade das consequências de uma possível epidemia

6.5 CONCLUSÃO

Verificou-se ao longo deste capítulo, que são variados os indicadores que poderão contribuir para cenários onde a EGF poderá eventualmente vir a ser empenhada e em que medida esta força poderá contribuir para solucionar os problemas com que se venha a deparar. A manter-se a tendência das últimas décadas, os conflitos entre Estados serão uma possibilidade cada vez mais remota. Por outro lado, os actores não estatais estão a assumir um papel cada vez mais importante no SI. A EGF poderá ter de colaborar com estes, ou no caso de se tratarem de possíveis adversários, terá de adaptar-se às suas capacidades, capacidades essas que são conferidas pelas novas tecnologias, principalmente as tecnologias da informação.

Os problemas ambientais e as consequências demográficas, políticas e conflituais que daí derivam, poderão apresentar uma panóplia de novos desafios e missões que a EGF poderá ter de assumir. Para tal, terá de usar os meios de que já dispõe, melhorando-os, bem como assumir novas valências, adaptando-se às exigências do ambiente operacional.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 7

METODOLOGIA

7.1 INTRODUÇÃO

Durante a parte teórica do trabalho foram expostos os principais conceitos no que concerne às CMO, de acordo com os princípios doutrinários das principais OI. De seguida procedeu-se à análise dos cenários para onde são projectadas as forças gendármicas, assim como se procedeu à análise da génese e das capacidades da EGF. Na parte prática do trabalho pretende-se clarificar alguns conceitos abordados na parte teórica, assim como levantar hipóteses práticas, cuja validação ou não, contribui para que seja possível responder à pergunta de partida formulada inicialmente.

7.2 METODOLOGIA

Na **parte teórica** a pesquisa bibliográfica revelou-se de grande utilidade para a recolha de dados e esclarecimento de conceitos inerentes ao objecto de estudo em apreço. Na **parte prática** do trabalho utilizou-se a recolha de informação primária qualitativa. Esta foi feita através da realização de entrevistas individuais semi-estruturadas. Utilizou-se esta abordagem, pois considerou-se ser a mais adequada tendo em conta o objecto de estudo em apreço.

Após a conclusão da análise documental surgiram as seguintes hipóteses práticas a verificar na execução das entrevistas:

H1 - a EGF é uma mais-valia para a UE, nomeadamente no âmbito da PCSD, apesar de poder estar ao serviço de outras OI.

H2 - O papel da EGF é importante nas CMO.

H3 - A natureza militar da EGF facilita o planeamento e a cooperação com as Forças Armadas.

H4 - Existem vantagens significativas na utilização da EGF em relação às polícias civis, em todas as fases da operação.

H5 - Dadas as características militares e as capacidades policiais, a EGF pode ser empregue em todas as fases de um conflito.

7.3 ENTREVISTAS

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas nas quais os entrevistados responderam a questões previamente definidas num guião, sem contudo deixarem de falar em assuntos pertinentes relacionados com a entrevista Sarmiento (2008). As perguntas foram elaboradas tendo em consideração as hipóteses práticas equacionadas. As entrevistas permitiram a descoberta de novos dados e informações que contribuiriam para dar uma resposta adequada à pergunta de partida levantada como base para a corrente investigação, bem como validar as hipóteses que se formularam.

Para analisar o conteúdo das entrevistas, recorreu-se a uma análise qualitativa, através de sinopses das mesmas, representadas em quadros. Estes quadros têm como objectivo, reunir a mensagem essencial dos entrevistados, reduzindo o material destinado a ser tratado bem como facilitar a comparação longitudinal das entrevistas (Guerra, 2006).

7.4 REPRESENTATIVIDADE SOCIAL

O universo da análise para este trabalho é composto por quatro Oficiais Superiores da GNR, um Oficial Superior e um Oficial General do Exército, bem como um Deputado pertencente à Comissão Parlamentar de Defesa Nacional. Desta forma, pretendeu-se entrevistar personalidades que trabalham em áreas distintas, de forma a obter uma perspectiva heterogénea da questão e garantir que a investigação se centre na abordagem da realidade e das variantes que ela acarreta (Guerra, 2006).

No que concerne aos Oficiais da GNR, considerou-se como público-alvo os Oficiais que já desempenharam funções na EGF a diversos níveis, ou então os que possuem um conhecimento alargado das capacidades das forças gendármicas europeias, quer fruto

da sua vasta experiência pessoal, como mercê dos seu currículo académico. Os Oficiais do Exército seleccionados possuem uma vastíssima experiência em missões internacionais, nas quais integraram Forças Nacionais Destacadas. Nestas missões, estes Oficiais tiveram oportunidade de contactar e cooperar com as forças gendármicas que se encontravam no TO, considerando-se, conseqüentemente, o seu contributo para este trabalho de inegável importância. Quanto ao Deputado à Assembleia da República contactado, a sua colaboração permitiu obter uma visão da temática em apreço sob a perspectiva política.

Assim sendo, com a selecção destas personalidades, pretendeu-se obter uma abordagem abrangente das questões em análise, ao recorrer à experiência e à óptica distinta de cada um dos intervenientes. No Apêndice N – Representatividade Social, existe um quadro resumo sobre as personalidades entrevistadas.

7.5 CONCLUSÃO

Para levar a cabo esta investigação recorreu-se às entrevistas semi-estruturadas, de modo a obter resposta a algumas hipóteses práticas que foram surgindo com a concepção da parte teórica. Houve um esforço no sentido de obter uma visão abrangente do problema, recorrendo-se à experiência de personalidades que trabalharam com as forças gendármicas nos mais variados cenários. Estas revelaram-se de extrema importância, no sentido de solucionar o problema levantado no início desta investigação

CAPÍTULO 8

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

8.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, são apresentadas as análises das entrevistas de acordo com o método mencionado no capítulo anterior. São comparadas as respostas dos entrevistados, reduzindo o material de pesquisa ao essencial de forma, a poder extrair os principais argumentos que sustentam a opinião de cada um relativamente a determinado assunto.

8.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Questão nº 1 – Dado estar ao serviço das Organizações Internacionais, com primazia para a UE, considera a EGF uma mais-valia como instrumento da PCSD?

Todos os entrevistados responderam afirmativamente a esta questão, como se verifica no Apêndice I – Análise da Questão 1. Os argumentos invocados residem essencialmente no facto de os membros da EGF serem forças de países pertencentes à UE o que naturalmente leva a que se predisponham a estar ao serviço da sua política comum de segurança e defesa, como refere o Coronel Branco “Os conflitos do mundo de hoje, por si só, justificam plenamente a existência da EGF”. Para além de criar sinergias entre as diferentes forças que a compõem, a EGF fornece um instrumento militar capaz de executar missões de cariz policial, auto-sustentável, inter-operável, robusto e com capacidade para projectar um Quartel-General, o que é algo de singular. De acordo com o Major Quatorze Pereira, “desenvolvemos uma estrutura única quando comparada com as restantes forças policiais da UE, que não apresentam as mesmas capacidades”. Não deixa também de poder ser colocada ao serviço de outras OI, pois, como referiu o

Tenente-Coronel Ferreira, a EGF está em última análise “ao serviço da Paz e Segurança Internacionais”.

Questão nº 2 – Dadas as características dos cenários encontrados nas Operações de Gestão de Crises, considera importante o papel das Forças de Segurança de cariz gendármico?

Todos os entrevistados consideram ser importante o emprego de forças tipo gendarmerie neste tipo de missões como se verifica no Apêndice J – Análise da Questão 2. Os argumentos apresentados fundamentam-se, essencialmente, no facto destas forças poderem estar sob o comando militar, pois segundo o Major-General Serafino “A EGF que possui unidades que são projectáveis e especialistas na componente de ordem pública, pode perfeitamente actuar nestes cenários e cooperar com as Forças Armadas”. As personalidades entrevistadas afirmam que as forças gendármicas têm formação e meios adequados para intervir nestes cenários e podem dar formação às polícias locais. A sua presença não demonstrar excessiva agressividade aos olhos da opinião pública como salienta o Senhor Deputado João Rebelo “grande vantagem das forças de gendarmerie é não terem a conotação que têm as Forças Armadas”. É merecedora de referência a actividade desenvolvida no âmbito do combate às redes de crime organizado.

Questão nº 3 – A natureza militar da EGF, nomeadamente ao nível doutrinário, organizacional e estrutural facilita o planeamento e a consequente cooperação com as Forças Armadas?

Todos os entrevistados concordaram que a natureza militar das forças que compõe a EGF facilita a sua cooperação com as Forças Armadas como se verifica no Apêndice K – Análise da Questão 3. É um factor preponderante para a interacção no TO, uma vez que no plano interno dos vários países cujas forças gendármicas pertencem à EGF, existe uma forte aproximação às Forças Armadas, segundo o Coronel Branco “a matriz militar é comum, por consequência esta é facilitadora da interligação entre ambas”. Além deste factor, grande parte da doutrina da EGF é inspirada na que é utilizada nas Forças Armadas. Os treinos conjuntos e a formação com origem comum, são também facilitadores desta interacção, pois como refere o Tenente-Coronel Ferreira “Se atendermos às forças que compõe a EGF, todas estas, ou fazem parte das próprias Forças Armadas ou estão imbuídas no meio militar, através, por exemplo da formação dada pelas próprias Academias Militares como é o nosso caso”.

Questão nº 4 – Considera que é vantajosa utilização da EGF numa CMO em relação às polícias civis?

A maioria dos entrevistados considerou que existem vantagens significativas como se verifica no Apêndice L – Análise da Questão 4. Estas prendem-se essencialmente com a capacidade de intervirem num cenário hostil no qual de acordo com o Coronel Branco “enquanto houver instabilidade devem ser os militares, tanto das Forças Armadas, como da gendarmerie a intervir, porque o risco é demasiado elevado”. O Major Quatorze Pereira partilha esta ideia ao afirmar que “quanto mais complexo for o cenário, maior a vantagem das forças gendármicas”. A capacidade de projecção rápida da EGF, é também uma vantagem significativa em relação às polícias civis, que é apresentada pelo Tenente-Coronel Alves “a segunda vantagem é a capacidade de projecção rápida, fruto das directivas do CIMIN”. Por outro lado os entrevistados que não reconhecem vantagens significativas na utilização da EGF em CMO em relação às polícias civis referem que todo o tipo de forças dá um contributo válido neste tipo de missões. A mais-valia que determinada força apresenta depende do momento em que é empregue. O Major-General Serafino, começa por referir que “tendo em conta a linha de evolução da utilização dos meios de coação, as forças gendármicas têm uma natureza específica e meios adequados que permitem que esta linha seja mais equilibrada, fazendo assim a ponte entre as Forças Armadas e as polícias civis”. O Coronel Teixeira corrobora esta ideia ao dizer que “penso que há lugar para todos, pois na regeneração de um Estado, numa situação de pós conflito há necessidade de contributos de ordem diversa”.

Questão nº 5 – Dadas as tarefas que a EGF pode desempenhar entende que pode, ou não, ser empregue em todas as fases de um conflito?

Nesta questão a opinião dos entrevistados divide-se como se verifica no Apêndice M – Análise da Questão 1. O ponto dissonante reside no emprego da EGF na fase inicial de um conflito. Os defensores desta ideia, consideram que a EGF pode ser usada a par da intervenção militar inicial das Forças Armadas para desempenhar funções de substituição das forças de segurança locais, como refere o Tenente-Coronel Alves “a EGF pode executar todas as funções policiais em qualquer fase, desde as missões de substituição, passando pelas de reforço até às humanitárias.” É partilhada a ideia de que o mais importante é definir de forma clara as missões de cada força “cada um tem as suas competências e como tal, não vejo problema em serem usadas as forças gendármicas em todas as fases do conflito, desde que cumpram as tarefas para as quais foram previamente designadas” tal como atesta o Major-General Serafino. Contudo, alguns entrevistados revelam algumas reservas no que concerne a este aspecto, como refere o

Deputado João Rebelo “ou é um conflito de baixa intensidade ou então as Forças Armadas estão mais habilitadas a operar nesse tipo de situações”. Consideram que o emprego prematuro das forças gendármicas num conflito, leva a que estas tenham a sua actuação limitada fruto das circunstâncias demasiado violentas que irão encontrar no TO como defende o Tenente-Coronel Ferreira “no Iraque quando a ameaça passou a ser de tal maneira elevada, nós deixamos de sair e pura e simplesmente limitávamo-nos a guardar o quartel”. Todos os entrevistados concordaram que após se dar a estabilização da situação inicial será possível e até desejável o emprego das forças gendármicas nas CMO.

8.3 CONCLUSÃO

A pesquisa bibliográfica constitui-se como a fase inicial do trabalho, de modo a serem apurados os conceitos essenciais da pesquisa, e aprofundar o tema a nível teórico. De seguida, as entrevistas foram efectuadas segundo os critérios supramencionados, de modo a obter a opinião de personalidades com inequívoco conhecimento e experiência prática na temática em análise. Estas entrevistas permitiram consolidar as informações obtidas na parte teórica, ao mesmo tempo que possibilitaram a validação das hipóteses práticas levantadas, contribuindo assim para a obtenção de uma resposta ao problema levantado por este TIA.

CAPÍTULO 9

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

9.1 INTRODUÇÃO

O objectivo deste TIA é verificar em que medida o emprego da EGF numa CMO, representa uma real mais-valia para o sucesso da operação. Para atingir tal objectivo, começou-se por analisar alguns conceitos relacionados com as OAP. De seguida, perspectivou-se como se caracteriza a conflitualidade dos nossos tempos, indagando ao mesmo tempo sobre os cenários com que a EGF se poderá deparar nos TO para onde é projectada. Procedeu-se à análise da génese da EGF, da sua estrutura e capacidades. Por fim, verificou-se quais são as mais valias que se consideram existir ao empregar a EGF numa CMO.

Depois de se ter definido todos os conceitos e obtido as respectivas ilações na parte teórica do trabalho, passou-se à parte prática, para obter mais dados sobre a questão. Desta forma, foi possível confirmar as hipóteses teóricas e práticas levantadas.

Neste capítulo, pretende-se precisamente verificar as hipóteses, apresentar as reflexões finais, referir as limitações que condicionaram este trabalho e fazer propostas para possíveis investigações futuras.

9.2 VERIFICAÇÃO DE HIPÓTESES TEÓRICAS

Ao terminar a investigação, está-se em condições de verificar as hipóteses teóricas formuladas inicialmente, podendo estas ser validadas, total ou parcialmente, ou ainda refutadas.

A primeira hipótese é a seguinte: **O conceito de CMO decorre da evolução das OAP.** Esta hipótese foi totalmente validada. Através da doutrina das principais OI foi possível

verificar que este é um conceito relativamente recente, empregue essencialmente na UE, que surge da evolução conceptual verificada nas OAP. Estas deixaram de integrar apenas a componente militar e passaram de igual modo a contar com uma componente civil, algo que é aliás defendido pela UE, como forma desta superar algumas das suas limitações ao nível militar.

A segunda hipótese é a seguinte: **As CMO são marcados por uma diversidade de ameaças à segurança de pessoas e bens.** Esta hipótese foi totalmente validada. Verificou-se que no contexto da conflitualidade actual são utilizadas tácticas assimétricas predominantemente por parte de actores não estatais que se constituem como adversários. O carácter das ameaças é cada vez mais difuso, havendo uma possibilidade cada vez menor de se enveredar por um conflito do tipo convencional. Contudo, após uma acção de Imposição da Paz encetada pelas Forças Armadas o ambiente mantém-se ainda extremamente inseguro, impedindo o normal funcionamento das instituições locais, sendo necessária a realização de missões típicas das Forças de Segurança.

A terceira hipótese é a seguinte: **A EGF resulta da necessidade de dotar a UE com um instrumento multinacional, dotado dos recursos humanos e materiais que as forças gendármicas asseguram.** Esta hipótese foi parcialmente validada. A EGF não é um instrumento da UE, na medida em que não integra a estrutura da PCSD, podendo estar ao serviço de qualquer OI ou coligação ad hoc. Para além disso, a sua génese é fruto da cooperação entre as gendarmeries europeias apresentando vantagens para cada uma delas, assim como para os países de onde são originárias. A estrutura da EGF é de facto multinacional e comporta as capacidades das forças gendármicas que a constituem, podendo rapidamente projectar, 800 militares em 30 dias.

A quarta hipótese é a seguinte: **A EGF apresenta capacidades que asseguram a resposta adequada ao tipo de ameaças existentes nos cenários de gestão de crises.** Esta hipótese foi totalmente validada, pois o leque de tarefas que a EGF pode desempenhar, aliado à rapidez de projecção, ao seu cariz militar e interoperabilidade dos seus componentes, permite que esta possa desempenhar um papel preponderante, tanto nas missões de substituição como de *strengthening*.

A quinta hipótese é a seguinte: **Face aos actuais indicadores é admissível que a EGF venha a ter um papel cada vez mais relevante no futuro.** Esta hipótese foi totalmente validada, pois os indicadores analisados indiciam um contexto aos níveis político, social, ambiental e tecnológico, favorável ao empenhamento da EGF. Desde que esta mantenha a capacidade para adaptar-se aos novos desafios, poderá de facto aumentar a importância do seu papel no futuro contexto internacional.

9.3 VERIFICAÇÃO DE HIPÓTESES PRÁTICAS

As primeiras três hipóteses práticas foram totalmente validadas através da análise de conteúdo das entrevistas, sendo as duas últimas validadas parcialmente.

9.4 REFLEXÕES FINAIS

Nesta fase do trabalho, considera-se ser possível responder à pergunta de partida: **Em que medida é importante o emprego da EGF numa CMO?** Tendo em conta os dados recolhidos ao longo deste TIA e a sua análise e interpretação, bem como o parecer unânime das personalidades entrevistadas nos trabalhos de campo, é possível concluir-se que a resposta a esta pergunta é inequivocamente afirmativa.

Numa CMO, dada a situação de instabilidade e o tipo de ameaças presentes, é necessária uma força robusta como a EGF. Esta é capaz de ser enquadrada com as Forças Armadas e estar incluída na cadeia de comando destas, não para desempenhar missões de combate, mas para levar a cabo missões policiais. Substitui assim as polícias locais num contexto violento e hostil, pois é dotada com meios que lhe permitem a auto-sustentação e garantem actuação eficaz da própria força.

Os padrões de planeamento e a doutrina adoptada pelo PHQ dão uma maior firmeza à EGF, pois facilitam a sua rápida projecção. A interoperabilidade é também um dos factores que contribui de forma efectiva para esta rapidez de empenhamento e eficácia na projecção da força. Se não repare-se, existem perfeitamente tipificados padrões de conduta e procedimentos operacionais, bem como equipamentos semelhantes nas diferentes gendarmeries que compõe a EGF, o que facilita o trabalho conjunto de um modo preponderante.

Assim sendo, a EGF complementa a acção das Forças Armadas numa fase inicial do conflito, não as sobrecarregando com missões para as quais não estão vocacionadas, e conferindo-lhes espaço e tempo essenciais para executarem as missões que lhes estão consagradas. A EGF abre também caminho à entrada das polícias civis no TO, contribuindo para a sua estabilização e criando um ambiente seguro e propício para a acção das mesmas.

Nos conflitos modernos, e nos que se perspectivam no futuro a médio prazo, as forças gendármicas apresentam-se como uma ferramenta ímpar. O seu quadro mental relativo ao uso progressivo da força, aliado à sólida disciplina e aos valores da instituição militar,

levam a que possam cumprir missões policiais num ambiente violento, perigoso e adverso. Estes factores permitem que se evite o excesso do uso da força, comprometendo a imagem das forças estrangeiras perante a opinião pública de um determinado território ao mesmo tempo que se impõe a lei e a ordem pública.

Por último, resta referir que, numa CMO, todas as componentes, sejam elas militares, civis, judiciais ou administrativas, contribuem para a reconstrução de um Estado em particular e para a paz no mundo no geral. É um dado consensual que actualmente a vitória militar não garante só por si o estado final desejado. Se os indicadores e tendências actuais se mantiverem no futuro, poder-se-á esperar que esta concepção se mantenha.

9.5 RECOMENDAÇÕES

A EGF deverá continuar a incrementar as suas capacidades e competências e desenvolver o seu nível operacional, assumindo-se como uma força de excelência no contexto dos instrumentos ao serviço da paz e segurança internacional. A GNR, como membro da organização deve ver nesta uma oportunidade de trocar informações e adquirir experiências, com o intuito de as aplicar, não só nas missões internacionais, mas também no plano interno. Há que ter em conta que a EGF é, em última análise, uma estrutura de enquadramento e comando de forças. Como tal, pelos mais variados motivos poderá encontrar um novo paradigma de funcionamento fruto de um processo de transformação decorrendo das alterações na conjuntura internacional, ou mesmo sofrer as vicissitudes que hoje se verificam na EUROFOR. Contudo, qualquer que seja o seu desenvolvimento futuro, considera-se que as forças gendármicas, em particular a GNR, não ficarão arredadas da actuação em CMO, seja sob a égide da EGF ou noutro contexto.

9.6 LIMITAÇÕES

O carácter singular da EGF, que se constitui como o objecto de estudo deste trabalho, é à partida um elemento limitativo em virtude da ausência de outras organizações similares que possam ser tomadas para comparação. Esta investigação encontrou como principais obstáculos o limite de páginas imposto e o tempo dado para a realização e conclusão da

mesma. A conciliação da disponibilidade dos entrevistados com a do investigador também se revelou um obstáculo, havendo também a recusa por parte de alguns dos sujeitos passíveis de serem entrevistados, em colaborar com esta investigação.

9.7 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Este trabalho levou a que surgissem diversas questões e problemas que poderão ser objecto de investigações no futuro. Seria importante analisar se a EGF deveria apostar num aprofundamento das suas capacidades e competências junto dos membros que actualmente a compõe ou se por outro lado deveria apostar no alargamento a outras forças. Sendo esta última a opção tomada, convém analisar se os critérios para integrar a organização se devem manter os mesmos ou serem mais alargados, integrando um leque mais heterogéneo de forças. Seria igualmente importante indagar sobre se a actual estrutura de decisão (CIMIN, etc.) da EGF, assente nos países participantes, se deve manter ou se a sua dependência deverá transitar definitivamente para a estrutura da PCSD.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA CITADA

LIVROS

Almeida, Jaime. (1996). *A Globalização e a Crise Do Estado*. Lisboa: IAEM

Branco, M., Carreiras, H., Carriço, A., F.Cruz, M., Durães, L., A.Elias, L., et al. (2009). *Portugal e as OAP. Uma Visão Multinacional*. Lisboa: Prefácio.

Brunskill, Bruno. (2002). *The Emerge Of New Threats Cyber Terrorism*. s.l: IAAC

Comissão Europeia. (2000). *A União Europeia e o Mundo (2000)*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Coyle, D., Meier, P. (2009). *New Technologies in Emergencies and Conflicts. The Role of Information and Social Networks*. London: UN Foundation - Vodafone Foundation.

Gourlay, C., Helly, D., Ioannides, I., Khol R., Nowak, A., Serrano, P. (2006). *Civilian Crisis Management: The EU way*. Paris: European Union Institute for Security Studies.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Principia Editora

- H.Bayley,D. (2001). *Democratizing The Police Abroad : What to do and how to do it*. New York: National Institute of Justice.
- Kupferschmidt, F. (2007). *Crisis Management. A Combined Effort With Civil and Military Means*. Berlin: German Institute for International and Security Affairs
- K.Kelly, T., G.Jone, S., E.Barnett II, J., Crane, K, C.Dannis, R., Jensen, C. (2009). *A Stability Police Force for The United States. Justifications and options for creating US capabilities*. Santa Monica. Rand Corporation.
- Lalinde, E. (2005). *The New European Gendarmerie Force*. Madrid: Real Institute Elcano
- National Security Council. (2010). *Global Governance 2025: At a Critical Juncture (2010)*. s.l : Institute for Strategic Studies.
- Record, Jeffrey (2003). *Bounding The Global War On Terrorism*. Pennsylvania: Strategic Studies Institute.
- Rickli, Jean-Marc (2007). *The Impact of Globalization on the Changing Nature of War*. Geneva: GCSP.
- R.Hula, R. (2010). Stability Operations and Government: An inherently military function. In R.Yarger, H. *Prespectives on the Use of Military of Military Power in the 21st Century* (pp.261-272). Carlisle: Strategic Studies Institute.*Power in the 21st Century* (pp.245-260). Carlisle: Strategic Studies Institute.
- Solana, J. (2006). Force Européene de gendarmerie- Discours de Javier Solana lors de l'inauguration du QG. In Glière, C. *Sécurité et Défense de l'UE. Textes fondamentaux 2006* (pp.17-18). Paris : Institut de Etudes de Sécurité.
- Weger, M. (2009). *The Potential of the European Gendarmerie Force*. Den Haag: Netherlands Institute of International Relations Clingendael.

ARTIGOS

- Academia Militar. (2008). *Orientações para a Redacção de Trabalhos Escritos*. Lisboa: Academia Militar
- Alcantud, F. (2008). EGF, Una nueva herramienta par alas operaciones de gestión de crises. *Cadernos de la Guardia Civil : Revista de seguridad pública*, (37), 67-81.

Eurogendfor (2006) *EGF Operational Concept*. Vicenza: Eurogendfor.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

European Gendarmerie Force. *Organization-Mission Strategic Level*. Retrieved from the Web June 1 2011.

<http://www.eurogendfor.org/egfpages/strategiclevel.aspx>

European Gendarmerie Force. *Organization-Mission Operational Level*. Retrieved from the Web June 1 2011.

<http://www.eurogendfor.org/egfpages/egforganistionalchart.aspx>

European Gendarmerie Force. *Organization-Mission Tactical Level*. Retrieved from the Web June 1 2011.

<http://www.eurogendfor.org/egfpages/tacticallevel.aspx>

Measuring Systemic Peace. Retrieved from the web June 10, 2011.

<Http://www.systemicpeace.org/confliit.html>.

Uk Joint Delegation to OTAN. *Comprehensive Approach*. Retrieved form the Web May 29 2011.

<http://ukOTAN.fco.gov.uk/en/uk-in-OTAN/comprehensive-approach>

SITES CONSULTADOS

1. Conselho da União Europeia

www.consilium.eu

Fornece informações sobre documentação da União Europeia (Acedido em 3 de Junho de 2011).

2. Eurogendfor

www.eurogendfor.eu

Fornece informações sobre a força de gendarmerie europeia (Acedido em 5 de Junho de 2011).

3. OTAN

www.nato.int

Fornece informações sobre a Organização do Tratado do Atlântico Norte. (Acedido em 10 de Junho de 2011).

4. Rand Corporation

www.rand.org

Fornece artigos importantes acerca do sistema internacional e da conflitualidade em geral. (Acedido em 20 de Junho de 2011).

5. Strategic Studies Institute

www.strategicstudiesinstitute.army.mil/

Fornece artigos importantes acerca do sistema internacional e da conflitualidade em geral. (Acedido em 22 de Junho de 2011).

6. Center for Systemic Peace

www.systemicpeace.org/

Fornece informações importantes acerca de dados estatísticos ligados a conflitualidade no mundo (Acedido em 6 de Julho de 2011).

7. Organização das Nações Unidas

www.un.org

Fornece informações acerca da Organização das Nações Unidas (Acedido em 2 de Junho de 2011).

LEGISLAÇÃO

Organização das Nações Unidas (1945): *Carta das Nações Unidas*.

Organização do Tratado do Atlântico Norte (1999): *Conceito Estratégico da Aliança*.

Organização do Tratado do Atlântico Norte (1949): *Tratado do Atlântico Norte*.

Conselho Europeu (1992): *Declaração de Petersberg*.

Conselho Europeu (1997): *Tratado de Amesterdão*.

Council of the European Union (2009): *European Security and Defense Policy 1999-2009*.

Council of the European Union (2004): *Civilian Headline Goal 2008*.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Guião da entrevista

A presente entrevista está inserida no Tirocínio para Oficial da GNR da Academia Militar, que inclui um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema “ A importância das forças tipo gendarmerie no contexto internacional”.

- 1- Dado estar ao serviço das Organizações Internacionais, com primazia da UE, considera a EGF uma mais valia como instrumento da PCSD?
- 2- – Dadas as características dos cenários encontrados nas Operações de Gestão de Crises, considera importante o papel das forças de segurança de cariz gendármico?
- 3- A natureza militar da EGF, nomeadamente ao nível doutrinário, organizacional e estrutural facilita o planeamento e a consequente cooperação com as Forças Armadas?
- 4- Considera que é vantajosa utilização da EGF numa CMO em relação às polícias civis?
- 5- Dadas as tarefas que a EGF pode desempenhar entende que pode, ou não, ser empregue em todas as fases de um conflito?

Atenciosamente

Nasser Costa Zidane

Asp. GNR INF

APÊNDICE B - Transcrição da entrevista 1

Posto: Major-General

Nome: Fernando Serafino

Cargos / Funções desempenhadas:

- Ajudante de Campo do General Chefe de Estado-Maior do Exército.
- Assessor do Ministro de Estado e da Defesa Nacional.
- Porta-voz do Ministério da Defesa Nacional.
- Director Geral de Armamento e Equipamento de Defesa.
- Professor no Instituto de Altos Estudos Militares.
- Comandante do 2ºBatalhão de Alunos da Academia Militar.
- Comandante do Regimento de Infantaria nº19.
- Chefe da Repartição de Informações da 3ª Divisão Italiana em Milão.

Cargo/Função Actual: Comandante da Brigada de Reacção Rápida.

Data: 08/07/2011

Local: Academia Militar, Lisboa.

Pergunta 1 – Dado estar ao serviço das Organizações Internacionais, com primazia da UE, considera a EGF uma mais valia como instrumento da PCSD?

Resposta 1 - Eu acho que sim . Aliás há um projecto semelhante, por iniciativa dos franceses, que são as euroforças, que possuem uma componente naval, a EUROMARFOR e a EUROFOR, a componente terrestre. A EUROFOR era um quartel-general do âmbito de divisão, que estava sediado em Florença, que vai terminar, meramente por questões relacionadas com a participação francesa na componente militar. Recentemente, em 2009, eles entraram na componente militar da OTAN, e deixou de ser relevante para os franceses participar na EUROFOR. Portanto faz todo o sentido a nível europeu, como se viu para os Exércitos, ter um quartel-general que possa contribuir com Battlegroups com uma certa constância no tempo, como faz a EGF a nível das forças do tipo gendármico.

Pergunta 2 – Dadas as características dos cenários encontrados nas Operações de Gestão de Crises, considera importante o papel das forças de segurança de cariz gendármico?

Resposta 2 – Considero. Ai há contudo, algumas sensibilidades. Vamos lá ver, o seu a seu dono. Por exemplo em Itália os Carabinieri desempenham funções de polícia militar, mesmo na estrutura do próprio exército italiano. Eu lembro-me que quando estive colocado em Milão, no comando das forças de projecção, quem garantia a porta de armas e a segurança do quartel eram os Carabinieri. Pertenciam à estrutura das forças terrestres italianas. Este conceito não é o que temos em Portugal, mas é uma possibilidade. Tem dois sentidos como em tudo. Há capacidades que residem em cada um dos ramos e na GNR. Estes têm competências próprias e específicas que estão desenvolvidas, são a autoridade nestes nichos do conhecimento e da prática e não faz muito sentido, na minha perspectiva, sobrepor valências. Por exemplo, se já existe uma componente NBQ no exército não faz muito sentido duplicar esta valência na GNR. Temos é de ter esta capacidade de cooperar. Neste sentido, a EGF que possui unidades que são projectáveis e especializadas na componente de ordem pública, pode perfeitamente actuar nestes cenários e cooperar com as Forças Armadas.

Pergunta 3 – A natureza militar da EGF, nomeadamente ao nível doutrinário, organizacional e estrutural facilita o planeamento e a consequente cooperação com as Forças Armadas?

Resposta 3 – Facilita. Posso-lhe dizer que estive em 2003 em Garmich, no Marshall Center, que é uma escola americana e alemã. Nessa altura falava-se do 11 de Setembro, e houve um seminário sobre o terrorismo. Lembro-me de alguns investigadores de universidades americanas se interessarem muito sobre o modelo que nós temos, assim como o modelo dos espanhóis, franceses e italianos. Seria um bom modelo para fazer a articulação entre a capacidade militar usada em último recurso, com a capacidade de força de segurança interna. As forças gendármicas possuem características adequadas para fazer esse casamento. Quando estamos num modelo como o nosso, e a Academia Militar é um bom exemplo disso, no qual temos os oficiais do quadro permanente da GNR formados juntamente com os do exército, a articulação é largamente facilitada. A formação comum tem muitas vantagens, para fomentar a articulação entre a GNR e as Forças Armadas no seu conjunto. Uma questão que causou alguma divergência de opiniões foi o recrutamento da GNR ser feito com base no recrutamento militar. Obviamente que isso facilita o processo, e eu defendo essa perspectiva. Particularmente no caso do Exército, que não oferece uma carreira para a vida às suas praças, oferece sim um período curto em termos de contrato, colocando-se assim o problema do futuro dos nossos soldados. Nós investimos na formação profissional, mas uma boa parte destas pessoas porque gosta da vida militar e da carreira das armas, vê na GNR e também na PSP, um objectivo muito atractivo para o seu ingresso nas Forças Armadas e para terem uma perspectiva de futuro.

Pergunta 4 – Considera que existe alguma vantagem na utilização da EGF em CMO em relação às polícias civis?

Resposta 4 – Isso é uma discussão na qual eu não entro, já ouvi muito debate em torno disso. Principalmente agora que se fala na criação de uma polícia civil orientada só para a segurança interna, e criar uma força militarizada ou manter a GNR noutro estatuto. Eu acho que há vantagem, recuperando o que disse há pouco, em haver um vínculo, contudo um Estado ter só polícia civil e depois as Forças Armadas também é possível. Os americanos tem outros amortecedores, a guarda nacional, que tende a fazer essa ligação, mas não deixa de ser uma força militar, formada por reservistas, empenhados na *homeland security* enquanto que o Exército propriamente dito está virado para a

projectação. Portanto, estes países de matriz anglo-saxónica não têm esta tradição de forças gendármicas e como tal encontram outras soluções. Parece-me haver vantagem na utilização das forças gendármicas fruto dos desafios que hoje se colocam a nível da segurança. Uma vez que esta fronteira entre a ordem externa e a ordem interna se atenuou, o que está aliás plasmado no nosso Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Quando falamos no crime transnacional, há a necessidade de ter outra perspectiva sobre esta ligação. Haver uma complementaridade de meios que o próprio país exige. Não se fazem reformas tendo em conta conjunturas, fazem-se reformas estruturantes viradas para o futuro, mas está visto que é necessária uma cooperação. Lembro-me do tempo em que era subalterno em Lamego e nós tínhamos um elenco de pontos sensíveis que tínhamos de defender, em caso de alteração à segurança interna, libertando os meios das forças de segurança para se empenharem no território em geral. O dispositivo da GNR existe e está empenhado em permanência, não há um militar da GNR a mais. Se houver uma alteração à ordem interna que leve a que seja necessária a ocupação de pontos sensíveis não vamos estar a incorporar à pressa mais homens na GNR, vamos utilizar o Exército para cobrir essa frente para permitir que as forças de segurança desenvolvam a sua actividade normal. Existe uma complementaridade, cada coisa tem o seu lugar e neste momento temos de por as questões de outra forma. Se formar-mos uma só força de segurança, apesar de se poupar alguns recursos em termos de dispositivo, a necessidade do mesmo mantém-se inalterável. Não é linear que fundido a GNR com a PSP se venha a poupar recursos. Fazendo uma paralelismo com a EGF e tendo em conta a linha de evolução da utilização dos meios de coacção, as forças gendármicas têm uma natureza específica e meios adequados que permitem que esta linha seja mais equilibrada, fazendo assim a ponte entre as Forças Armadas e as polícias civis.

Pergunta 5 – Dadas as tarefas que a EGF pode desempenhar entende que pode, ou não, ser empregue em todas as fases de um conflito?

Resposta 5 – Vamos lá ver. Por exemplo nós olhamos para a nossa polícia militar, que possui pessoas que são extremamente competentes, e verificamos que a lei não permite que intervenha na ordem interna. Ora bem de que serve ter uma polícia militar que depois está limitada nas suas funções de polícia por força de lei. Tenho mais vantagem, a nível interno, em ter uma força que esta mandatada por lei linearmente, até para intervir se houver algum problema com um cidadão. Dou o exemplo das escoltas a colunas

militares. A nossa polícia militar tem efectivamente a capacidade de as fazer, mas se houver um incidente com a desobediência de um condutor a um motociclista do Exército, ficamos numa situação delicada. Seria desejável seguir, por exemplo, o modelo italiano, no qual a força de gendarmerie é utilizada como polícia militar. Agora vamos ser realistas, há pressupostos a montante que se têm de mudar, a nível da cooperação das Forças Armadas com a GNR. Esta cooperação terá de ser vista de forma mais agregadora. Vejo que seria desejável a participação da GNR em toda a evolução de uma gestão de crises de uma forma integrada, não podendo haver dúvidas em relação ao comando. Há todo um conjunto de questões que se pressupõem serem clarificadas e que estão a montante. Há também algumas questões tabus. Se uma força da GNR incorporar um elemento NBQ do exército, quem comanda a força? Eu penso que são questões passíveis de serem resolvidas, e daí esse grande investimento que foi feito na Academia Militar, na qual os oficiais da GNR e do Exército são formados segundo os mesmos padrões, o que levará a que estas questões se resolvam naturalmente no futuro. Ao nível mais elevado, sabemos que em situação de crise a GNR pode ficar dependente do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, mas a um nível de projecção de forças, havendo a necessidade de uma MSU incorporar especialistas das Forças Armadas numa determinada área, poderia um militar do Exército ficar sobre um comando da GNR? Por que não? Olhando para o exemplo da OTAN, há uma estrutura de comandos e de forças. Havendo uma situação de crise que recomende que se prepare uma resposta militar por parte dos países da organização, levanta-se uma operação à qual está associado um pacote de forças. A partir daí, quando esse catálogo é aprovado, entra-se na fase de geração de forças. Os países vão oferecer forças, consoante as necessidades, criando assim um pacote. Quando estas forças são projectadas para o teatro, têm de responder a determinadas especificações e são certificadas nesse sentido, cumprindo a partir desse momento apenas um determinado conjunto de missões e não outro. Essa estrutura de forças está inserida num plano mais alargado. Dentro do quadro de emprego das forças, penso que as gendarmeries devem ser empregues como polícia militar e como força de intervenção de ordem pública. São unidades profissionais e disponíveis para serem usadas. Para trabalhar em missões internacionais faz mais sentido ser empregue uma força gendármica, uma vez que possui uma matriz de formação comum às Forças Armadas, sendo essa a vantagem que eu vejo. Cada um tem as suas competências e como tal, não vejo problema em serem usadas as forças gendármicas em todas as fases do conflito, desde que cumpram as tarefas para as quais foram previamente designadas.

APÊNDICE C - Transcrição da entrevista 2

Posto: Coronel

Nome: Gomes Teixeira

Cargos / Funções desempenhadas:

-Comandante do Batalhão de Elementos de Operações Especiais.

-Fez parte do grupo de trabalho criado para o levantamento de um comando de operações especiais conjunto no Estado-Maior General das Forças Armadas

Cargo/Função Actual: Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais.

Data: 06/07/2011

Local: CTOE, Lamego.

Pergunta 1 – Dado estar ao serviço das Organizações Internacionais, com primazia da UE, considera a EGF uma mais valia como instrumento da PCSD?

Resposta 1 – Penso que sim. É uma forma de criar sinergias entre as várias forças gendármicas dentro da UE, contribuindo assim para a sua política de defesa. Penso que é um meio de fazer circular informação e aumentar a capacidade combinada do emprego desse tipo de forças no espaço de interesse europeu. Este espaço não é só o território da UE mas é constituído também pelos locais onde esta tem interesses, nomeadamente o Magrebe, a África subsariana e as rotas de tráfico de droga com origem na América do Sul que passam muitas vezes por espaços que nos são mais próximos. Nos próprios países da CPLP onde seria fácil as nossas forças terem alguma relevância a nível da

proximidade linguística. Por isso também é importante que as forças gendármicas, nomeadamente a GNR, cooperem com esses países, tal como fazem as Forças Armadas. No exercício felino, por exemplo, são envolvidos todos os países da CPLP, desde o Brasil até Timor. São actividades de grande sucesso e grande visibilidade político-militar. Como tal, qualquer tipo de colaboração entre forças penso que é muito importante neste plano.

Pergunta 2 – Dadas as características dos cenários encontrados nas Operações de Gestão de Crises, considera importante o papel das forças de segurança de cariz gendármico?

Resposta 2 – Por aquilo que eu conheço, mais na área dos Balcãs, há uma fase inicial onde se verifica uma fase de imposição de paz, onde são necessários meios mais pesados, é obviamente trabalho para as Forças Armadas, para parar com a agressão mutua entre facções, e depois passa-se para uma fase de estabilização, onde se torna necessário repor a legalidade social. Neste âmbito penso que há um grande trabalho a fazer por unidades do tipo gendarmerie. Não são unidades policiais, estas também têm lugar na polícia das Nações Unidas, mas sim forças com alguma capacidade de intervenção e capacidade militar, pois estamos a falar de ambientes ainda muito perigosos, nos quais a qualquer momento pode ser usada a força militar. Por isso é que unidades como os Carabinieri estão tão implementadas no TO. Há uma outra faixa de intervenção que se prende com a ausência de lei num determinado território que esteve em guerra. Todas as estruturas de controlo em termos de forças de segurança desapareceram, o que leva a que todo um submundo de crime organizado se possa desenvolver, aumentado o tráfico de droga e de seres humanos, o que tem grandes efeitos no nosso espaço europeu. Ai há um grande trabalho a fazer, visto que as Forças Armadas não estão, por assim dizer, orientadas para operar neste submundo. Imaginemos um Iceberg, que tem um décimo fora de água e os restantes nove décimos submersos. Há forças militares que conseguem operar, dentro de parte desses nove décimos, mas também há necessidade de operar com outros tipo de serviços para lidar mais profundamente com esta criminalidade que aumenta exponencialmente. Quando organizações criminosas descobrem que conseguem operar em segurança num determinado meio, aproveitam para levar a cabo os seus negócios mais facilmente. Enquanto nós andamos preocupados em acabar com a mortandade, com os assassinios em massa, enfim com aqueles crimes de guerra que ouvimos falar, há outros que se preocupam em expandir as suas redes criminosas. Como tal vejo a actividade das forças

gendármicas dentro desta faixa, faixa essa que é muito longa, com grande preponderância.

Pergunta 3 – A natureza militar da EGF, nomeadamente ao nível doutrinário, organizacional e estrutural facilita o planeamento e a consequente cooperação com as Forças Armadas?

Resposta 3 – Sim facilita, até porque eu tenho encontrado nos centros de operações conjuntos da OTAN, onde tenho trabalhado, elementos de ligação às forças de segurança. Em fases mais avançadas no TO, chega a haver momentos em que as Forças Armadas se encarregam dos perímetros de segurança, que podem ser muito extensos, e dentro desses perímetros as operações chegam a ser executadas por forças de cariz gendármico. Para eliminar uma rede criminosa, é preciso identificar vários nós dessa rede. Depois de um ou dois ataques cirúrgicos aos centros nevrálgicos dessa mesma rede criminosa é preciso ver como esta reage no seu todo. Muitas vezes as unidades militares são usadas para verificar o que acontece à rede depois desta ser decapitada. Ai está um exemplo de cooperação. Em TO há mais semelhanças que diferenças. Em muitos países, é obrigatório que elementos que integram este tipo de forças gendármicas tenham feito o serviço militar durante x tempo. Embora aqui em Portugal se continue a pensar, erradamente, que não é necessário, eu sou da opinião que sim. Até para facilitar o processo de recrutamento da GNR por exemplo. Aqui nas operações especiais é o que se passa, temos aqui elementos que passam determinado tempo de contrato e quando concorrem à GNR são imediatamente absorvidos, pois são indivíduos altamente qualificados e que foram testados ao longo do tempo, sendo pessoas de confiança.

Pergunta 4 – Considera que existe alguma vantagem na utilização da EGF em CMO em relação às polícias civis?

Resposta 4 – Eu penso que há lugar para todos, pois na regeneração de um Estado, numa situação de pós conflito, há necessidade de contributos de ordem diversa. Numa fase inicial, penso que a aplicação das forças gendármicas tem mais vantagens, pois estas unidades têm mais competências para actuar num contexto mais violento. Em fases subsequentes é necessário envolver forças de polícia de carácter mais civil. Quanto mais se desce o nível de violência, maior a preponderância das polícias civis. Em termos de formação prestada às forças locais, penso que esta será em tudo idêntica, tudo

depende do ambiente de segurança que se vive. As pessoas não vão andar aos tiros para todo o sempre, e as polícias civis terão um papel importante a desempenhar.

Pergunta 5 – Dadas as tarefas que a EGF pode desempenhar entende que pode, ou não, ser empregue em todas as fases de um conflito?

Resposta 5 – Eu penso que não. Em termos de alta conflitualidade estas forças não estão aptas a entrar em acção. Até porque não estão equipadas para este tipo de conflito de alta intensidade, sob o risco de haver elevado número de baixas a curto prazo. Num ambiente de grande letalidade, é preciso entrarem unidades com mais capacidade de protecção, com mais potencial de fogo, com mais dissuasão. Estou a falar de blindados, de carros de combate, viaturas de combate de infantaria, armamento pesado, inclusive artilharia. Contudo isto não quer dizer que não haja uma grande cooperação entre as Forças Armadas e forças gendármicas em fases mais avançadas do conflito, fruto do tipo de ameaça que se tem revelado existir nestes cenários.

APÊNDICE D - Transcrição da entrevista 3

Posto: Coronel

Nome: Gervásio Branco

Cargos / Funções desempenhadas:

- Comandante de Destacamento Territorial.
- Comandante de Grupo territorial.
- Comandante de Comando Territorial.
- Director de Curso na Academia Militar.
- Coordenador de Segurança do Euro 2004.
- Director de Instrução na Escola da Guarda.
- Assessor do General Comandante-Geral da GNR

.

Cargo/Função Actual: Juiz Militar.

Data: 14/06/2011

Local: Campus da Justiça, Lisboa.

Pergunta 1 – Dado estar ao serviço das Organizações Internacionais, com primazia da UE, considera a EGF uma mais valia como instrumento da PCSD?

Resposta 1 – É sem dúvida um valor acrescentado às capacidades da PESD, uma vez que esta, até à criação da EGF, apenas tinha ao seu dispor um instrumento militar clássico, as Forças Armadas. Os próprios países, cujas forças gendármicas integram a EGF, têm muito a ganhar com este facto. Para além disso, os conflitos do mundo de hoje, por si só, justificam plenamente a existência da EGF

Pergunta 2 – Dadas as características dos cenários encontrados nas Operações de Gestão de Crises, considera importante o papel das forças de segurança de cariz gendármico?

Resposta 2 – Os cenários em apreço, não são claramente, ou não são sempre, situações de guerra. São sim, situações híbridas de instabilidade, que se caracterizam pelo facto de não serem nem guerra nem paz. Desta forma, estas características levam a que, as forças de segurança de natureza militar estejam perfeitamente adaptadas para actuar nestas situações. O seu emprego é ainda mais adequado do que o das Forças Armadas, apesar do potencial destas a nível de armamento e equipamento ser superior. E ainda mais do que o emprego das polícias civis, que não estão preparadas para estes cenários, tanto psicologicamente, como em termos de formação ou meios.

Pergunta 3 – A natureza militar da EGF, nomeadamente ao nível doutrinário, organizacional e estrutural facilita o planeamento e a consequente cooperação com as Forças Armadas?

Resposta 3 – Sem dúvida, uma vez que a matriz militar é comum, por consequência esta é facilitadora da interligação entre ambas. Lembro ainda que todas as forças que integram a EGF têm características semelhantes no que concerne a este ponto. Aliás, esta é a condição básica para integrar a organização. Gostaria de lembrar também que algumas gendarmeries fazem mesmo parte das Forças Armadas dos seus países de origem.

Pergunta 4 – Considera que existe alguma vantagem na utilização da EGF em CMO em relação às polícias civis?

Resposta 4 – As polícias civis não têm capacidade, nem meios para intervir em situações de conflito. Aliás nem devem ter. São formadas para a paz e para a normalidade, daí chamarem-se polícias cívicas. Poderão intervir quando a situação estiver plenamente estabilizada, aí sim deverão intervir. Enquanto houver instabilidade devem ser os militares, tanto das Forças Armadas, como da gendarmerie a intervir, porque o risco é demasiado elevado. A nível das missões de formação, tudo depende do que o país em causa deseja obter. Perante uma situação de conflito, instabilidade e dificuldade, não se pode exigir a um polícia que trabalhe nestas condições, pois este está preparado para situações de normalidade. O militar, por seu lado está preparado para a situação de conflito e para a situação de paz. Ao militar pode-se pedir o mais e o menos, ao polícia não se pode exigir o mais.

Pergunta 5 – Dadas as tarefas que a EGF pode desempenhar entende que pode, ou não, ser empregue em todas as fases de um conflito?

Resposta 5 – Sim. Na fase de imposição da paz como complemento das Forças Armadas, sob o seu comando e para missões de policia militar. Na segunda fase, onde deixa de haver um conflito declarado, deixa de ser necessária a imposição pela força, sendo esta é a situação ideal para as gendarmeries actuarem, visto ser uma situação híbrida entre a guerra e a paz. As gendarmeries têm a capacidade dos militares e o saber dos polícias. Na terceira fase, estando a situação completamente segura, as polícias civis devem intervir, também a par das gendarmeries.

APÊNDICE E - Transcrição da entrevista 4

Posto: Tenente-Coronel

Nome: Ferreira

Cargos / Funções desempenhadas:

- Em 1995 participou na missão UNAV 13, sendo observador policial no âmbito das ONU.
- Em 1998/1999 foi observador policial no âmbito das ONU.
- Oficial de ligação no Comando Geral dos Carabinieri em 2003.
- Exerceu funções Ministério da Administração Interna no Gabinete de Assuntos Europeus 2006, 2009.
- Foi 2º Comandante da IPU da EGF na Bósnia em 2008.
- Participou em todos os exercícios da EGF.

Cargo/Função Actual: 2º Comandante de Comando Territorial de Lisboa.

Data: 09/06/2011

Local: Comando Territorial de Lisboa, Lisboa

Pergunta 1 – Dado estar ao serviço das Organizações Internacionais, com primazia da UE, considera a EGF uma mais valia como instrumento da PCSD?

Resposta 1 – Eu penso que sim. Será uma mais valia porque a EGF, neste contexto é uma força diferente daquilo que temos na UE. É uma força de gendarmerie, com características militares, que pode ser projectada no terreno rapidamente, é auto-sustentável, não depende de apoios de terceiros para poder sobreviver e de certa maneira está vocacionada para ambientes não estabilizados. Pode-se dizer que é uma força essencial no período de transição, actuando ainda sob o domínio militar. Garante aos Estados da UE uma ligação entre os ambientes de risco para uma fase que corresponde a uma nova era para os territórios em transformação. É sem dúvida uma mais valia, essencialmente da UE. Uma vez que os países que a compõe fazem parte desta Organização Internacional.

Pergunta 2 – Dadas as características dos cenários encontrados nas Operações de Gestão de Crises, considera importante o papel das forças de segurança de cariz gendármico?

Resposta 2 – Uma força gendármica é uma força de charneira que faz a transição de ambientes predominantemente militares para ambientes onde domina a componente civil. É essencial numa primeira fase, onde as forças policiais civis não podem ser projectadas. Para além de outra questão, que tem que ver com o seguinte: grande parte das forças da UE, que não são de cariz gendármico, não podem, até porque a própria constituição não lhes permite, estar sob comando militar. Estou-me a lembrar, por exemplo, da Alemanha que tem capacidade para projectar uma força constituída, no entanto a sua própria Constituição não permite que esta esteja sob o comando militar. Dai que seja importante termos forças de cariz gendármico.

Pergunta 3 – A natureza militar da EGF, nomeadamente ao nível doutrinário, organizacional e estrutural facilita o planeamento e a consequente cooperação com as Forças Armadas?

Resposta 3 – Forçosamente, assim tem de ser. O facto de estarmos sob comando militar, leva a que haja uma aproximação das Forças Armadas às forças gendármicas. Se atendermos às forças que compõe a EGF, todas estas, ou fazem parte das próprias

Forças Armadas ou estão imbuídas no meio militar, através, por exemplo da formação dada pelas próprias Academias Militares como é o nosso caso. Há já uma estrutura base, uma aproximação muito grande com as forças militares. Esta aproximação evita, ou deve evitar, que as valências das forças de segurança, nomeadamente na ordem pública, sejam praticadas muitas vezes, por forças militares que não tem apetência para este tipo de missões que devem ser das forças de segurança. Até mesmo as forças militares portuguesas destacadas em alguns teatros internacionais, têm uma componente deste género, tendo a GNR dado formação neste sentido. Mas os resultados não são os mesmos, pois falta a experiência obtida ao longo de vários anos e o treino constante desta valência.

Pergunta 4 – Considera que existe alguma vantagem na utilização da EGF em CMO em relação às polícias civis?

Resposta 4 – Em primeiro lugar, permite que sejamos projectados para ambientes hostis ou não estabilizados, sob o comando de qualquer instituição, nomeadamente forças militares. A auto-sustentação da força, a projecção rápida e a ligação com as próprias Forças Armadas são também vantagens relevantes. Tudo o resto, em principio as forças de segurança civil, e olhando para o que acontece no nosso território, tem capacidade para ter o mesmo tipo de missão e tarefas. No âmbito de missões que consistam em dar formação às forças locais, não consigo vislumbrar grandes diferenças entre a formação que pode ser dada pela GNR e pela PSP nesse âmbito. Só na parte específica que cabe às forças gendármicas, que possam ter porventura alguma valência que as forças civis não possuam. De resto, à partida o resultado final é igual, ou pelo menos deveria ser igual. Temos que ver que todas as forças de segurança, civis ou militares, são constituídas por profissionais com competência, e como tal não podemos cair em fundamentalismos de superioridade.

Pergunta 5 – Dadas as tarefas que a EGF pode desempenhar entende que pode, ou não, ser empregue em todas as fases de um conflito?

Resposta 5 – Não. Nós não somos uma força militar. Somos uma força policial que tem características militares. Estamos vocacionados no âmbito militar, mas em situações extremas, porque não temos condições, até a nível de armamento para missões de combate. O mais próximo que se pode chegar nesse aspecto é em situações de resgate de reféns ou questões que envolvam as equipas de inactivação de engenhos explosivos.

Temos alguma componente militar, mas a nossa tarefa primordial, o nosso farol, não é, nem pode ser nenhuma missão militar. Aliás se nós nos reportarmos ao exemplo da GNR no Iraque, embora não tenha sido uma missão no âmbito da EGF, enquanto o ambiente era hostil, mas com um nível de perigosidade aceitável, nós conseguíamos patrulhar e efectuar a missão sem problemas. Quando a ameaça passou a ser de tal maneira elevada, nós deixamos de sair e pura e simplesmente limitávamo-nos a guardar o quartel. Não é, não pode ser, nem deve ser a nossa missão. Não podemos com armamento ligeiro fazer guerra.

APÊNDICE F - Transcrição da entrevista 5

Posto: Tenente-Coronel

Nome: Carlos Alves

Cargos / Funções Relevantes:

- Chefia da Secção de Missões Internacionais da 3ª Repartição do Comando Geral.
- Integrou o grupo de trabalho encarregue da elaboração do Tratado que institui a EGF.
- Participou em todos os exercícios realizados pela EGF
- Exerceu a função de representante operacional no Conselho Financeiro da EGF.
- Chefiou o gabinete nacional de apoio à presidência portuguesa do CIMIN em 2008.

Cargo/Função Actual: Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais do Comando Geral.

Data: 08/06/2011

Local: Comando Geral, Lisboa.

Pergunta 1 – Dado estar ao serviço das Organizações Internacionais, com primazia da UE, considera a EGF uma mais valia como instrumento da PCSD?

Resposta 1 – A PESD actualmente designada PESC tem na EGF de facto uma mais valia. Desde o início, como está aliás referido no tratado, a EGF está ao serviço de diversas Organizações Internacionais com primazia para a UE e nesse sentido pode-se considerar em certa medida que está também ao serviço da PESC. Em boa verdade a EGF está em sentido amplo ao serviço da paz no mundo, da segurança internacional, da

estabilidade e da cooperação entre países. A primazia dada à UE é, na realidade algo de cariz político uma vez que, sendo os membros da EGF, também membros da UE, seria mau princípio colocar esta no mesmo patamar que as restantes Organizações Internacionais. Há que atender porém, que a EGF já realizou missões no âmbito das principais Organizações Internacionais, como a ONU e mais recentemente, no Afeganistão, ao serviço da OTAN. Vejamos, a EGF é para a UE o que é para as demais, uma força militar capaz de realizar missões policiais com grande flexibilidade e autonomia logística. Hoje em dia normalmente as missões começam com uma componente militar passando a uma fase mais de carácter civil, sendo assim as forças gendármicas são uma mais valia pois tem uma matriz sólida e uma origem comum e não são tão moldáveis a questões políticas.

Pergunta 2 – Dadas as características dos cenários encontrados nas Operações de Gestão de Crises, considera importante o papel das forças de segurança de cariz gendármico?

Resposta 2 – Num cenário tradicional sem dúvida. Vejamos, em Estados em colapso onde a lei e a ordem estão ausentes e as instituições não controlam o território ou pelo menos parte deste, uma intervenção militar, assim como uma intervenção policial para haver uma estabilização são com certeza importantes e complementares. A EGF nasce com a principal intenção de explorar a sua capacidade de substituição das polícias e autoridades locais. Pode desempenhar também outras funções como o treino das forças locais, contudo a grande mais valia são as missões de substituição. Note que as incapacidades de um Estado podem não ter apenas origem num conflito mas também em desastres naturais, imagine um cenário no qual as polícias não conseguem lidar com pilhagens em massa na sequência de um grande desastre como um sismo ou tsunami por exemplo. As forças gendármicas, nomeadamente a EGF podem neste cenário garantir a segurança até as forças locais se recomponem. Contudo, lembro que nestes casos a intervenção dá-se, maioritariamente a pedido do Estado afectado. Numa missão de substituição, francamente a EGF não tem concorrência. Em cenários mais avançados da operação, quando chega a fase da acessória, treino e apoio às forças locais as polícias civis fazem o mesmo trabalho. Quero com isto dizer que não é tão evidente a diferença entre a EGF e as polícias civis, talvez tenhamos uma doutrina mais padronizada o que permite que no fim haja uma maior coerência na formação, o que nem sempre é possível com as polícias civis, dada a enorme variedade de procedimentos e doutrinas que estas possuem.

Pergunta 3 – A natureza militar da EGF, nomeadamente ao nível doutrinário, organizacional e estrutural facilita o planeamento e a consequente cooperação com as Forças Armadas?

Resposta 3 – Sendo uma força militar a EGF, tem formação militar, organização militar e um comando militar. Consequências? Pois bem, o relacionamento com as Forças Armadas é facilitado visto que a forma de trabalhar é a mesma. Note que hoje em dia em Portugal os oficiais da GNR são formados na mesma casa que os oficiais do Exército. Ordens de operações, ordens preparatórias, processos de tomada de decisão entre outros conceitos, fazem parte de uma linguagem comum. As gendarmeries no seu todo regem-se pelos mesmos princípios básicos militares, pelo mesmo pensamento e valores. Seria difícil para uma polícia civil integrar este mundo, havendo mesmo o risco de surgir uma incompatibilidade de organização e maneira de estar. Relembro que é vantajoso existir um comando integrado.

Pergunta 4 – Considera que existe alguma vantagem na utilização da EGF em CMO em relação às polícias civis?

Resposta 4 – No caso da EGF, saliento principalmente duas grandes vantagens. A primeira é o Quartel-General permanente em Vicenza com funções de planeamento operacional. É diferente juntaram-se determinados países para formar uma coligação ad hoc, na qual ainda haverá a necessidade das forças conhecerem os métodos e a organização de cada um dos seus aliados no TO, perdendo-se assim tempo. O Quartel-General permanente desde 2005 instalado, têm produzido doutrina própria para aumentar a compatibilidade das forças que compõe a EGF e também de forma a que esta mesma doutrina seja compatível com a existente na UE, na OTAN, na ONU, enfim com a existente nas principais organizações internacionais. A interoperabilidade entre os membros da EGF é muito grande. As forças que não possuam uma estrutura deste tipo passam os primeiros tempos de uma missão basicamente a conhecerem-se uns aos outros de forma a encontrarem um equilíbrio. A segunda é a capacidade de projecção rápida fruto das directivas do CIMIN. No fundo esta capacidade foi um dos motivos pelo qual se criou a EGF. A EGF não tem a necessidade de planear os procedimentos de raiz e elaborar o catálogo de forças, podendo, pelo menos teoricamente projectar 800 militares em 30 dias para um TO. Mesmo as Forças Armadas com os seus Battlegroups têm dificuldade em conseguir esta rápida projecção. Há que reparar que as crises não escolhem momentos e a rapidez é, por vezes, a diferença entre o sucesso e o insucesso.

Em suma a existência de um Quartel-General permanente e a rápida projecção de forças são as principais mais valias da EGF em relação às polícias civis.

Pergunta 5 – Dadas as tarefas que a EGF pode desempenhar entende que pode, ou não, ser empregue em todas as fases de um conflito?

Resposta 5 – As Operações de Gestão de Crises nem sempre tem subjacente um conflito. Há missões em Estados que não estão em guerra. A UE dedica-se actualmente a explorar um “nicho de mercado” que consiste na reforma ao nível do sector de segurança de certos Estados que apresentam lacunas neste aspecto. A UE envia peritos em determinados sectores da segurança para estes países, só para capacitar as polícias locais, não existindo neste caso um conflito subjacente. O conceito de CMO tem vindo a alargar-se. Sendo certo que a EGF pode executar todas as funções policiais em qualquer fase, desde as missões de substituição, passando pelas de reforço até às humanitárias. Os membros da EGF falam todas a mesma linguagem e como tal no que toca à formação há uma maior coerência e padronização em termos de doutrina. Mesmo nas CMO tradicionais onde a componente militar é muito vincada, as funções policiais fazem parte das tarefas da EGF. Mesmo tendo em conta a evolução que temos vindo a assistir nas CMO, as funções policiais não deixam de ser importantes, para que a componente da Justiça funcione assim como os sistemas prisionais e de reinserção social pois todas estas componentes estão interligadas. Há ainda as componentes da administração pública e da protecção civil que não podem ser esquecidas. A componente pela qual a EGF está responsável é a da segurança que, junto com outras contribui para que determinado Estado se consiga governar por si mesmo.

APÊNDICE G - Transcrição da entrevista 6

Posto: Major

Nome: Quatorze Pereira

Cargos / Funções desempenhadas:

- Na missão da GNR no Iraque foi oficial de planeamento da divisão multinacional sudoeste e foi oficial de informações e segurança de aquartelamento.
- Desempenhou funções durante 3 anos no quartel-general da EGF em Vicenza, Itália.
- Desempenhou funções na missão da EGF na Bósnia.

Cargo/Função Actual: Chefe da Repartição de Análise da Direcção de Informações do Comando-Geral da GNR.

Data: 28/06/2011

Local: Comando Geral, Lisboa.

Pergunta 1 – Dado estar ao serviço das Organizações Internacionais, com primazia da UE, considera a EGF uma mais valia como instrumento da PCSD?

Resposta 1 – Claro, uma vez que desenvolve uma doutrina própria entre forças com características semelhantes, inter-operáveis e com um cariz robusto. Apresenta à UE uma estrutura mais organizada, quando comparada com o que existe na vertente das Forças Armadas, nomeadamente os Battlegroups. Nós desenvolvemos uma estrutura única quando comparada com as restantes forças policiais da UE, que não apresentam as mesmas capacidades. A EGF actua sempre com conceitos, quer logísticos, quer

operacionais, quer doutrinários próprios. Depois a outra mais valia da EGF tem que ver com a possibilidade de projectar um quartel-general. Esse quartel-general tem uma estrutura já previamente definida e uma doutrina desenvolvida. Para além disso são efectuados exercícios periódicos, o que leva a que os seus elementos estejam já preparados e integrados numa estrutura que pode efectivamente funcionar. Projectar uma força que não tenha já esta estrutura preparada é muito mais difícil, tornando assim esta uma grande mais valia da EGF. Também a nível dos próprios conceitos logísticos, existem vantagens, nomeadamente a interoperabilidade a nível das forças. Note que as estruturas da OTAN e da UE não competem entre si, são antes complementares. O que se tem sucedido nas missões é que a OTAN actua numa primeira fase passando de seguida, num fase mais avançada, a missão para estruturas da UE. A questão é que o conceito da EGF não é só aplicável na UE, como também a nível OTAN, que não tem forças policiais constituídas. É o que assistimos actualmente no Afeganistão, onde para ser dada formação às polícias locais foi solicitada uma força da EGF, operando sob o comando da OTAN.

Pergunta 2 – Dadas as características dos cenários encontrados nas Operações de Gestão de Crises, considera importante o papel das forças de segurança de cariz gendármico?

Resposta 2 – É importante pela robustez que estas forças possuem e pela capacidade de actuar em cenários com características mais complexas. Estas forças conseguem actuar em todas as fases do conflito, cobrindo todo o espectro de missões policiais. Ou seja, possui características que mais nenhuma força possui. As UN fazem um pouco isso, mas a *Specialized Police Unit* que empregam tem de ser suportada, requer um conjunto de condições logísticas prévias, sendo diferente do conceito da EGF, que é um conceito integrado. Na EGF há uma força estruturada, com um quartel-general, que actua como um todo. Para além disso, é uma estrutura flexível, que tanto pode operar tanto sob o comando civil como comando militar, como está plasmado no próprio conceito da EGF. É algo único a nível mundial.

Pergunta 3 – A natureza militar da EGF, nomeadamente ao nível doutrinário, organizacional e estrutural facilita o planeamento e a consequente cooperação com as Forças Armadas?

Resposta 3 – Facilita uma vez que os nossos conceitos foram desenvolvidos um pouco à luz da doutrina militar, inclusive doutrina OTAN. Para além disso parte dos conceitos foram inspirados nos conceitos militares da UE, obviamente transpostos para a componente policial, mas sempre tendo em conta a perspectiva militar. Fiz parte do grupo que desenvolveu os primeiros conceitos da EGF, que tiveram inspiração em conceitos militares. Como tal este é um factor facilitador da cooperação com as Forças Armadas. Há também a questão da flexibilidade que se verifica dentro dos próprios países, apesar de aqui em Portugal não se ver tanto. Na Itália, por exemplo, os Carabinieri são o quarto ramo das Forças Armadas e em França deixaram continua a existir uma ligação muito forte com as Forças Armadas, acontecendo o mesmo na vizinha Espanha. Se calhar nós somos os menos integrados nas Forças Armadas. Apesar de isso já estar a mudar. Dentro dos próprios países existe essa ligação e ao ser transposta para o TO, torna-se obviamente um factor facilitador quer a nível de armamento, suporte logístico e transporte estratégico. Até o próprio quadro mental, facilita a abordagem e determinadas questões.

Pergunta 4 – Considera que existe alguma vantagem na utilização da EGF em CMO em relação às polícias civis?

Resposta 4 – Claro que sim, quando mais complexo o cenário, maior a vantagem. Relativamente a tudo o que já se falou antes, e também no que concerne à formação dada as forças locais. Contudo isto depende daquilo que estamos a falar. Se falarmos na formação e instrução de unidades policiais constituídas, normalmente as forças gendármicas têm, pela sua própria estrutura, mais facilidade a dar treino a unidades constituídas. Depende um bocado do teatro e da abordagem. Quando se faz o *build up* de uma força policial num TO, existem diversos tipos de situações. O desenvolvimento dessa força pode ter de ser feito do zero, como assistimos no Iraque em 2003. Todas as estruturas do Estado foram destruídas, e os funcionários estatais foram todos dispensados, o que implicou que a partir daí tudo tivesse de ser reestruturado. A reestruturação de uma força num cenário deste, é uma questão complexa. Qual a vantagem das forças gendármicas? Pois bem, têm mecanismos de auto-protecção, enquanto que ao se colocarem polícias civis num cenário como o Iraque, estas vão precisar de ser escoltadas e terá de ser feita segurança às instalações onde é ministrada a formação para além de precisarem de suporte a nível logístico. A formação dada pelas polícias civis ou pelas forças gendármicas tem uma qualidade semelhante, contudo a capacidade de a ministrar num cenário difícil como este, é maior por parte das forças gendármicas. No Iraque havia um conjunto de polícias civis inglesas que davam

formação às polícias locais, e tinham de ser constantemente apoiados pelas Forças Armadas. Quanto mais complexo for o teatro, maior a vantagem no emprego das forças de cariz gendármico como é o caso da EGF.

Pergunta 5 – Dadas as tarefas que a EGF pode desempenhar entende que pode, ou não, ser empregue em todas as fases de um conflito?

Resposta 5 – Pode. Aliás, essa é uma das grandes vantagens do conceito da EGF, que tem que ver com a capacidade que nós temos de entrar logo numa primeira fase, em conjunto com as forças militares e não precisarmos que a situação no terreno esteja controlada e os níveis de violência diminuam para actuar, enquanto que elementos civis só o podem fazer quando alguém lhes fornece apoio. A EGF pode fazer policiamento e trabalho de formação e assim diminuir o *security gap*. Está provado que o nível de segurança, em termos policiais, diminui drasticamente com a entrada das Forças Armadas, ou seja é assegurada a estabilização militar, contudo não há ninguém que assegure o controlo da situação em termos policiais. No Iraque a GNR foi empregue logo numa fase inicial do conflito, e a sua actuação foi de facto algo limitada, mas esta limitação é inerente à extensão do TO. Lembro que a GNR apenas colocou no Iraque uma companhia, para actuar num TO imenso, enquanto que em Timor uma companhia consegue controlar Díli, em Iraque o cenário era bem diferente. Apesar disso, fez um trabalho válido e contribuiu para a segurança da região. Quando se diz que a actuação é limitada, temos de a enquadrar com o cenário encontrado. A EGF quando é projectada pode ter uma *leading nation*, ou seja um país que lidera a missão, mas na prática não deixa de ser uma organização já estruturada. O que se passou no Iraque é que a actuação da GNR foi enquadrada numa estrutura italiana, ficando assim subordinada aos interesses italianos. Contudo, não quero com isto dizer que numa situação de conflito aberto, as forças gendármicas possam actuar sozinhas, até porque não estão preparadas para missões de combate. O nosso objectivo não é estar na linha da frente de uma situação de combate. Contudo as forças gendármicas executam missões que os militares não conseguem executar nas mesmas condições. Lembro que um dos grandes problemas encontrados pelas forças americanas no Iraque foi o *build up* das forças policiais locais. Quando é um militar das Forças Armadas a dar formação a um polícia, a mentalidade, a abordagem e a visão perante a lei não é a mais adequada. Muitas Operações de Gestão de Crises falham, porque se aposta muito na componente militar, e depois esquece-se a integração com outras componentes. E não me refiro somente à componente policial, mas também às componentes judicial e administrativa. Tudo isso.

APÊNDICE H - Transcrição da entrevista 7

Função actual : Deputado

Nome: João Rebelo

Cargos / Funções desempenhadas:

- Deputado na X Legislatura
- Deputado na IX Legislatura
- Secretário Coordenador da Comissão de Defesa Nacional.
- Secretário da Comissão de Negócios Estrangeiros.
- Membro da Comissão Eventual de Timor-Leste.
- Membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.
- Membro da Comissão da Defesa Nacional
- Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Israel.
- Membro da Delegação Portuguesa à Assembleia Parlamentar da OTAN.

.

Data: 27/06/2011

Lisboa: Assembleia da Republica, Lisboa.

Pergunta 1 – Dado estar ao serviço das Organizações Internacionais, com primazia da UE, considera a EGF uma mais valia como instrumento da PCSD?

Resposta 1 – De facto é neste momento o principal instrumento de que a PESC dispõe. Existe uma separação entre as missões que a OTAN executa e as que a UE faz. As da OTAN são levadas a cabo em teatros de operações onde a conflitualidade é de maior

intensidade. A UE utiliza as forças gendármicas em situações de baixa intensidade, ou seja em missões de paz. As forças de gendarmerie que tem uma natureza militar e como tal apresentam-se com um instrumento adequado para este tipo de cenários.

Pergunta 2 – Dadas as características dos cenários encontrados nas Operações de Gestão de Crises, considera importante o papel das forças de segurança de cariz gendármico?

Resposta 2 – Acho que sim, a prova é o trabalho que estão a fazer em alguns teatros nos quais existiam situações escaldantes. Inicialmente houve uma intervenção militar, das Forças Armadas, e de seguida as forças de segurança intervieram, com resultados satisfatórios como é o caso da Bósnia. O que se passava nos Balcãs há uns anos atrás eram limpezas étnicas e hoje em dia vive-se uma paz relativa que é produto de um trabalho que levou a uma segurança extraordinária. Agora não devemos é cometer o erro que cometemos no Iraque. Por pura querela política resultante de divergências entre o governo da época, PSD/CDS, e a oposição e o Presidente da Republica não foram enviadas as Forças Armadas mas sim a GNR. Deste modo a GNR acabou por ter uma missão muito parca, pouco interventiva, uma vez que a situação de insurgência era de tal ordem que não permitia que forças desta natureza tivessem uma actuação estável. E como tal estas acabaram por sair quando a violência aumentou. Este é um exemplo do cuidado que se deve ter no emprego das forças. Outra grande vantagem das forças de gendarmerie é não ter a conotação que têm as Forças Armadas, que é, usando a expressão inglesa *boots on the ground* , que significa a presença militar forte e as consequências dessa presença na opinião pública. Uma força de segurança com natureza militar, mas que por ser precisamente uma força de segurança, evita que essa percepção seja tão negativa evitando assim acções agressivas da população. É uma vantagem das gendarmeries em geral. Podem ter uma intervenção quase de cariz militar mas são forças de segurança.

Pergunta 3 – A natureza militar da EGF, nomeadamente ao nível doutrinário, organizacional e estrutural facilita o planeamento e a consequente cooperação com as Forças Armadas?

Resposta 3 – Como sabe há um debate em Portugal, a que outros países já assistiram, havendo modelos variados, que consiste no caso português, da existência de defensores da ideia de que se deve acabar com a natureza militar da GNR. Eu sou um acérrimo

defensor da manutenção desta natureza militar. Se esta não é bem visível em Portugal, onde é vista como uma força de segurança, nunca se sabe quando é que vamos ter uma situação de emergência. Esta emergência até pode ser uma catástrofe natural, não tem de ser forçosamente uma guerra, na qual a GNR pode passar para a alçada do Ministério da Defesa. Por outro lado na sua projecção no exterior, para que o seu uso seja eficaz, em teatros de baixa intensidade, onde não deixa de haver perigo, é necessário um treino militar. Noutros países até, a gendarmerie depende do Ministério da Defesa a tempo inteiro. Pela experiência que tenho na área política, como membro da comissão de defesa há 12 anos, acho absolutamente necessária essa natureza militar das forças gendármicas, bem como os treinos conjuntos que permitem em caso de projecção de forças trabalharem em conjunto.

Pergunta 4 – Considera que existe alguma vantagem na utilização da EGF em CMO em relação às polícias civis?

Resposta 4 – Sim. As forças gendármicas são normalmente projectadas em situações onde existiram conflitos e estão na fase de rescaldo, existem graves tensões e existe sempre o perigo de uma espiral de violência. Portanto no momento em que chegam ao TO, pode não haver um cenário de insurgência ou então em boa verdade, este poderá surgir ao longo da missão. Ou seja é um cenário complicado e com um grau de perigosidade apreciável. Quanto às polícias civis, tendo em conta a formação que estas recebem, excluindo obviamente as suas forças de operações especiais, que tem um treino praticamente militar, podem ser utilizados na formação das polícias locais. Mas como força de segurança in loco não possui a formação exigida. Quanto à formação dada às forças locais, o resultado é equivalente.

Pergunta 5 – Dadas as tarefas que a EGF pode desempenhar entende que pode, ou não, ser empregue em todas as fases de um conflito?

Resposta 5 – Não. Como no exemplo que dei do Iraque, não me parece adequado o emprego deste tipo de forças na fase inicial de um conflito. Ou é um conflito de baixa intensidade ou então as Forças Armadas estão mais habilitadas a operar nesse tipo de situações. Aliás não é por acaso que só mandamos forças como os comandos, os pára-quedistas e os fuzileiros para esses teatros de operações mais violentos. São forças treinadas especialmente para tal. Olhando para onde estão neste momento as Forças Armadas, Afeganistão por exemplo, é um teatro demasiado violento para as forças

gendármicas actuarem em missões de segurança., no Kosovo já se está na fase em que se pode actuar com forças de segurança, no Líbano está uma companhia de engenharia, valência essa que a GNR não possui. A presença de Portugal nessas missões não é fácil de entender por parte dos cidadãos. Quando se explica que as ameaças não estão aqui mas em locais distantes, e fazemos parte de organizações de defesa colectiva as pessoas não compreendem. Por outra parte existe pressão noutro sentido. A alternativa é uma OTAN, quando se fala em forças militares fala-se na OTAN. A França e Alemanha são países com uma grande dinâmica relativa a tudo o que é reforçar o pilar de segurança e defesa da UE, contrabalançando com países mais resistentes, como os nórdicos e a Inglaterra e.g. . Quando a presidência da UE pertence a países de um lado ou de outro, há ou não um investimento nesta área. Quanto ao acompanhamento da Assembleia da República no que concerne à projecção de forças, enquanto o envolvimento das Forças Armadas destacadas é acompanhado, o governo tem de expor previamente, o número de elementos que compõe o contingente, o custo da operação, previsão do seu fim, grau de perigosidade e informações detalhadas sobre o terreno onde vamos actuar. Enquanto a lei de acompanhamento das forças nacionais destacadas é clara neste aspecto, nas forças de segurança nada está previsto na lei. O governo dá informação de livre vontade. Portanto na teoria a GNR pode ser projectada sem concordância do PR. Já as Forças Armadas só podem ser projectadas por decisão do Conselho de Defesa Nacional. O acompanhamento existe porque os partidos pressionam e o governo responde. Contudo isto é menos transparente que na questão da GNR.

APÊNDICE I – Análise da Questão 1

Dado estar ao serviço das Organizações Internacionais, com primazia para a UE, considera a EGF uma mais valia como instrumento da PCSD?

Quadro I.1: Análise qualitativa da questão 1

Respostas	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado 1 Major-General Serafino	X		- Faz todo o sentido a nível europeu, como se viu para os Exércitos, ter um Quartel-General que possa contribuir com Battlegroups com uma certa constância no tempo, como faz a EGF a nível das forças do tipo gendármico.
Entrevistado 2 Coronel Teixeira	X		-É uma forma de criar sinergias entre as várias forças gendármicas dentro da UE, contribuindo assim para a sua política de defesa -São actividades de grande sucesso e grande visibilidade político militar. Como tal, qualquer tipo de colaboração entre forças penso que é muito importante neste plano
Entrevistado3 Coronel Branco	X		-Os conflitos do mundo de hoje, por si só, justificam plenamente a existência da EGF. -Até à criação da EGF, a UE apenas tinha ao seu dispor um instrumento militar clássico, as Forças Armadas.
Entrevistado 4 Tenente-Coronel Ferreira	X		-É uma força de gendarmerie, com características militares, que pode ser projectada no terreno rapidamente, é auto-sustentável, não depende de apoios de terceiros para poder sobreviver -É uma força essencial no período de transição, actuando ainda sob o domínio militar -É sem dúvida uma mais valia, essencialmente da UE
Entrevistado 5 Tenente Coronel Alves	X		-As forças gendármicas são uma mais valia pois tem uma matriz sólida e uma origem comum e não são tão moldáveis a questões políticas. -Sendo os membros da EGF, também membros da UE, seria mau princípio colocar esta no mesmo patamar que as restantes Organizações

			<p>Internacionais.</p> <p>-A EGF está em sentido amplo ao serviço da paz no mundo, da segurança internacional, da estabilidade e da cooperação entre países.</p>
<p>Entrevistado 6</p> <p>Major Quatorze</p> <p>Pereira</p>	X		<p>-Desenvolve uma doutrina própria entre forças com características semelhantes, inter-operaveis e com um cariz robusto.Tem a possibilidade de projectar um Quartel-General</p> <p>- Nós desenvolvemos uma estrutura única quando comparada com as restantes forças policiais da UE, que não apresentam as mesmas capacidades.</p>
<p>Entrevistado 7</p> <p>Deputado João</p> <p>Rebelo</p>	X		<p>-De facto é neste momento o principal instrumento de que a PCSD dispõe</p> <p>-A UE utiliza as forças gendármicas em situações de baixa intensidade, ou seja em missões de paz.</p>

APÊNDICE J – Análise da Questão 2

Dadas as características dos cenários encontrados nas Operações de Gestão de Crises, considera importante o papel das Forças de Segurança de cariz gendármico?

Quadro J.1: Análise qualitativa da questão 2

Respostas	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado 1 Major-General Serafino	X		-A EGF que possui unidades que são projectáveis e especialistas na componente de ordem pública, pode perfeitamente actuar nestes cenários e cooperar com as Forças Armadas.
Entrevistado 2 Coronel Teixeira	X		-Passa-se para uma fase de estabilização, onde se torna necessário repor a legalidade social, e neste âmbito penso que há um grande trabalho a fazer por unidades do tipo gendarmerie. - Todas as estruturas de controlo em termos de Forças de Segurança desapareceram, o que leva a que todo um submundo de crime organizado se possa desenvolver, aumentado o tráfico de droga e de seres humanos, que tem grandes efeitos no nosso espaço europeu
Entrevistado3 Coronel Branco	X		-O seu emprego é ainda mais adequado do que o das Forças Armadas, apesar do potencial destas a nível de armamento e equipamento ser superior. -E ainda mais do que o emprego das polícias civis, que não estão preparadas para estes cenários, tanto psicologicamente, como em termos de formação ou meios.
Entrevistado 4 Tenente-Coronel Ferreira	X		-Grande parte das forças da UE, que não são de cariz gendármico, não podem, até porque a própria constituição não lhes permite, estar sob comando militar -É essencial numa primeira fase, onde as forças

			policiais civis não podem ser projectadas.
Entrevistado 5 Tenente-Coronel Alves	X		-As forças gendármicas, nomeadamente a EGF podem neste cenário garantir a segurança até as forças locais se recomporem. -Pode desempenhar também outras funções como o treino das forças locais, contudo a grande mais valia são as missões de substituição.
Entrevistado 6 Major Quatorze Pereira	X		- É importante pela robustez que estas forças possuem e pela capacidade de actuar em cenários com características mais complexas - É uma estrutura flexível, que tanto pode operar tanto sob o comando civil como comando militar, como está plasmado no próprio conceito da EGF
Entrevistado 7 Deputado João Rebello	X		-A prova é o trabalho que estão a fazer em alguns teatros nos quais existiam situações escaldantes. -Outra grande vantagem das forças de gendarmerie é não ter a conotação que têm as Forças Armadas, que é, usando a expressão inglesa <i>boots on the ground</i> , que significa a presença militar forte e as consequências dessa presença na opinião pública.

APÊNDICE K – Análise da Questão 3

A natureza militar da EGF, nomeadamente ao nível doutrinário, organizacional e estrutural facilita o planeamento e a consequente cooperação com as Forças Armadas?

Quadro K.1: Análise qualitativa da questão 3

Respostas	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado 1 Major-General Serafino	X		-As forças gendármicas podem fazer a articulação entre a capacidade militar usada em último recurso, com a capacidade de força de segurança interna. -A formação comum tem muitas vantagens, para fomentar a articulação entre a GNR e as Forças Armadas no seu conjunto.
Entrevistado 2 Coronel Teixeira	X		-Chega a haver momentos em que as Forças Armadas, se encarregam dos perímetros de segurança, que podem ser muito extensos, e dentro desses perímetros, as operações chegam a ser executadas por forças de cariz gendármico
Entrevistado 3 Coronel Branco	X		-Lembro ainda que todas as forças que integram a EGF têm características semelhantes no que concerne a este ponto -Sem dúvida, uma vez que a matriz militar é comum, por consequência esta é facilitadora da interligação entre ambas
Entrevistado 4 Tenente-Coronel Ferreira	X		-O facto de estarmos sob comando militar, leva a que haja uma aproximação das Forças Armadas às forças gendármicas. -Se atendermos às forças que compõe a EGF, todas estas, ou fazem parte das próprias Forças Armadas ou estão imbuídas no meio militar, através, por exemplo da formação dada pelas próprias Academias Militares como é o nosso caso.
Entrevistado 5 Tenente-Coronel	X		-O relacionamento com as Forças Armadas é facilitado visto que a forma de trabalhar é a mesma. -As gendarmeries no seu todo regem-se pelos mesmos princípios básicos militares, pelo mesmo

Alves			pensamento e valores.
Entrevistado 6 Major Quatorze Pereira	X		-Facilita uma vez que os nossos conceitos foram desenvolvidos um pouco à luz da doutrina militar -Na Itália, por exemplo, os Carabinieri são o quarto ramo das Forças Armadas e em França continua a existir uma ligação muito forte com as Forças Armadas, acontecendo o mesmo na vizinha Espanha
Entrevistado 7 Deputado João Rebelo	X		-Nunca se sabe quando é que vamos ter uma situação de emergência -Eu sou um acérrimo defensor da manutenção desta natureza militar bem como de treinos conjuntos que permitem em caso de projecção de forças trabalharem em conjunto, Forças Armadas e forças de gendarmerie.

APÊNDICE L – Análise da Questão 4

Considera que é vantajosa utilização da EGF numa CMO em relação às polícias civis?

Quadro k.1: Análise qualitativa da questão 4

Respostas	Vantagem significativa	Não tem vantagens significativas	Argumentação
Entrevistado 1 Major-General Serafino		X	-Existe uma complementaridade, cada coisa tem o seu lugar e neste momento temos de por as questões de outra forma - Fazendo uma paralelismo com a EGF e tendo em conta a linha de evolução da utilização dos meios de coação, as forças gendármicas têm uma natureza específica e meios adequados que permitem que esta linha seja mais equilibrada, fazendo assim a ponte entre as Forças Armadas e as polícias civis.
Entrevistado 2 Coronel Teixeira		X	Eu penso que há lugar para todos, pois na regeneração de um Estado, numa situação de pós conflito há necessidade de contributos de ordem diversa. Numa fase inicial, penso que a aplicação das forças gendármicas tem mais vantagens, pois estas unidades, têm mais competências para actuar num contexto mais violento, em fases subsequentes é necessário envolver forças de polícia de carácter mais civil.
Entrevistado3 Coronel Branco	X		-As polícias civis não têm capacidade, nem meios para intervir em situações de conflito. -São formadas para a paz e para a normalidade, daí chamarem-se polícias cívicas. -Enquanto houver instabilidade devem ser os militares, tanto das Forças Armadas, como da gendarmerie a intervir, porque o risco é demasiado elevado.
Entrevistado 4 Tenente-Coronel		X	-A auto-sustentação da força, a projecção rápida e a ligação com as próprias Forças Armadas são também vantagens relevantes. -Em princípio as forças de segurança civil, têm

Ferreira			capacidade para ter o mesmo tipo de missão e tarefas. -No âmbito de missões que consistam em dar formação às forças locais, não consigo vislumbrar grandes diferenças entre a formação que pode ser dada
Entrevistado 5 Tenente Coronel Alves	X		-A primeira vantagem é o Quartel-General permanente em Vicenza com funções de planeamento operacional. -A segunda é a capacidade de projecção rápida, fruto das directivas do CIMIN.
Entrevistado 6 Major Quatorze Pereira	X		-Têm mecanismos de auto-protecção., -Quanto mais complexo for o cenário, maior a vantagem. -As forças gendármicas têm, pela sua própria estrutura, mais facilidade a dar treino a unidades constituídas.
Entrevistado 7 Deputado João Rebelo	X		- As forças gendármicas são normalmente projectadas em situações onde existiram conflitos e estão na fase de rescaldo, existem graves tensões e existe sempre o perigo de uma espiral de violência. -As polícias civis podem ser utilizadas na formação das polícias locais

APÊNDICE M – Análise da Questão 5

Dadas as tarefas que a EGF pode desempenhar entende que pode, ou não, ser empregue em todas as fases de um conflito?

Quadro M.1: Análise qualitativa da questão 5

Respostas	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado 1 Major-General Serafino	X		<p>-Dentro do quadro de emprego das forças, penso que as gendarmeries devem ser empregues como polícia militar e como força de intervenção de ordem pública.</p> <p>-Cada um tem as suas competências e como tal, não vejo problema em serem usadas as forças gendármicas em todas as fases do conflito, desde que cumpram as tarefas para as quais foram previamente designadas.</p>
Entrevistado 2 Coronel Teixeira		X	<p>-Em termos de alta conflitualidade estas forças não estão aptas a entrar em acção. Até porque não estão equipadas para este tipo de conflito de alta intensidade, sob o risco de haver elevado número de baixas a curto prazo.</p> <p>- Num ambiente de grande letalidade, é preciso entrarem unidades com mais capacidade de protecção, com mais potencial de fogo, com mais dissuasão</p>
Entrevistado3 Coronel Branco	X		<p>-Na fase de imposição da paz como complemento das Forças Armadas, sob o seu comando e para missões de polícia militar.</p> <p>- Na segunda fase, onde deixa de haver um conflito declarado, deixa de ser necessária a imposição pela força, sendo esta é a situação ideal para as gendarmeries actuarem, visto ser uma situação híbrida entre a guerra e a paz</p>

Entrevistado 4 Tenente-Coronel Ferreira		X	<p>-Nós não somos uma força militar. Somos uma força policial que tem características militares</p> <p>-Temos alguma componente militar, mas a nossa tarefa primordial, o nosso farol, não é, nem pode ser nenhuma missão militar.</p> <p>- No Iraque quando a ameaça passou a ser de tal maneira elevada, nós deixamos de sair e pura e simplesmente limitávamo-nos a guardar o quartel.</p>
Entrevistado 5 Tenente-Coronel Alves	X		<p>-A EGF pode executar todas as funções policiais em qualquer fase, desde as missões de substituição, passando pelas de reforço até às humanitárias.</p> <p>-Mesmo nas CMO tradicionais onde a componente militar é muito vinculada, as funções policiais fazem parte das tarefas da EGF.</p>
Entrevistado 6 Major-Quatorze Pereira	X		<p>-A EGF pode fazer policiamento e trabalho de formação e assim diminuir o <i>security gap</i>.</p> <p>-Uma das grandes vantagens do conceito da EGF, que tem que ver com a capacidade que nós temos de entrar logo numa primeira fase, em conjunto com as forças militares e não precisarmos que a situação no terreno esteja controlada e os níveis de violência diminuam para actuar.</p>
Entrevistado 7 Deputado João Rebello		X	<p>-Não me parece adequado o emprego deste tipo de forças na fase inicial de um conflito.</p> <p>-Ou é um conflito de baixa intensidade ou então as Forças Armadas estão mais habilitadas a operar nesse tipo de situações.</p>

APÊNDICE N – Representatividade Social

Quadro N.1: Representatividade Social.

Entrevistados	Género	Posto	Função objecto de estudo	Função actual
1	M	Major-General	Comandante da Brigada de Reacção Rápida do Exército	Comandante da Brigada de Reacção Rápida do Exército
2	M	Coronel	Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais do Exército.	Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais do Exército.
3	M	Coronel	Assessor do General Comandante-Geral da GNR	Juiz Militar.
4	M	Tenente-Coronel	2º Comandante da IPU da EGF na Bósnia em 2008	2º Comandante de Comando Territorial de Lisboa
5	M	Tenente-Coronel	Integrou o grupo de trabalho encarregue da elaboração do Tratado que institui a EGF	Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais do Comando Geral.
6	M	Major	Desempenhou funções durante 3 anos no quartel-general da EGF	Chefe da Repartição de Análise da Direcção de Informações do Comando-Geral da GNR.
7	M	_____	Deputado Membro da CDN	Deputado Membro da CDN

ANEXOS

ANEXO A – Declaração de Intenção.

DECLARATION OF INTENT

Table of contents

1.	<u>SCOPE</u>
2.	<u>MISSIONS</u>
3.	<u>FRAMEWORK</u>
4.	<u>COMMAND STRUCTURE</u>
5.	<u>FORCE STRUCTURE</u>
6.	<u>TRAINING</u>
7.	<u>Administrative and Logistical Support for the Permanent HQ of the EGF</u>
8.	<u>LANGUAGE</u>
9.	<u>ADMISSION</u>
10.	<u>LEGAL ASPECTS</u>
11.	<u>SPECIFIC ARRANGEMENTS</u>
<u>Annex A CMIN COMPOSITION</u>	
<u>Annex B COMPOSITION OF THE EGF HQ</u>	

1.SCOPE

In order to contribute to the development of the European Security and Defence Policy and the creation of an area of freedom, security and justice, France, Italy, the Netherlands, Portugal and Spain, all of whom possess police forces with a military status capable of carrying out, in accordance with the Nice European Council conclusions, police missions through substitution and/or strengthening of local police, propose the following:

- to provide Europe with a full capability in order to conduct all police missions in crisis management operations within the framework of the Petersberg Declaration, with particular regard to substitution missions;
- to offer a multinational operational structure to those States which intend to join EU operations;
- to participate in initiatives of international organisations in the area of crisis management.

To that end, the above-mentioned countries have decided to create a gendarmerie force, called EUROGENDFOR (EGF) which will be operational, pre-organised, robust and rapidly deployable, in order to perform all police tasks.

In crisis management operations, the EGF will ensure an effective presence with other actors, including the military component, and with the local police. This in order to facilitate the reactivation of security facilities, particularly during the transition between the military and the civilian operational environment.

EGF Operations are open to the participation of third countries with appropriate police skills.

[Back to table of contents](#)

2. MISSIONS

Units of the EGF must be placed under a defined chain of command that can be changed during the mission according to the phases of the operations. These units can be put either under military command or civil authority, in order to guarantee public security, public order and to fulfil judiciary police tasks.

The EGF must be capable of covering every aspect of crisis response operations:

- during the initial phase of the operation, the EGF could enter the theatre along with the military force in order to perform its police tasks;
- during the transitional phase, EGF could continue its mission alone or together with a military force, facilitating co-ordination and co-operation with local or international police units;
- during the military disengagement phase, this force could facilitate the handing over of responsibilities to civilian authorities and agencies taking part in the co-operation efforts, if necessary.

During crisis prevention, the EGF could be deployed on its own or jointly with a military force.

In accordance with the mandate of each operation, the EGF will perform a broad spectrum of activities related to its own police capability, such as:

- performing security and public order missions;
- monitoring of and advice for local police in their day-to-day work, including criminal investigation work;
- conducting public surveillance, traffic regulations, border policing and general intelligence;
- performing criminal investigation work, covering detection of offences, tracing of offenders and their transfer to the appropriate judicial authorities;

- protecting people and property and keeping order in the event of public disturbances;
- training of police officers as regards international standards;
- training of instructors, particularly through co-operation programmes;

[Back to table of contents](#)

3. FRAMEWORK

The EGF will be mainly composed of the same forces as those included by the Party States in the Helsinki Headline Goal catalogue and the capacity of civilian crisis management, stemming from the conference held in Brussels on November 19, 2001. For this reason it will be, first and foremost, at the disposal of the EU. When deployed for the EU, the PSC assumes the political control and the strategic direction.

The EGF could also be put at the disposal of the UN, OSCE, NATO, other international organisations, or an *ad hoc* coalition. Planning of EGF operations must take into account the need for close co-ordination with the military and/or civilian bodies. When the EGF is an integrated part of the military force, it has to maintain a functional link with local or international police authorities and forces present in theatre.

The EGF operational deployment requires a unanimous decision to be taken by the Party States.

[Back to table of contents](#)

4. COMMAND STRUCTURE

A High Level Interdepartmental Committee, composed of representatives of the responsible ministries of each country, assures the political-military co-ordination, appoints the EGF Commander, provides him with directives and provides the guidance for employment.

Working groups will assist this Committee.

The structures and the procedures that will permit the implementation of the decisions adopted by the Party States, as well as the conditions of employment, will be worked out in detail in due course.

The EGF will have a **multinational, modular and projectable** HQ. This permanent HQ will be directed by the EGF Commander and consists of a multinational core that can be reinforced as needed and by agreement of the Party States. The EGF HQ deals with the operational planning and, on request, contributes to the strategic decision-making process. The permanent HQ will be based in Italy.

Its key positions will be manned by rotation criteria.

In the event of an operation the Party States will designate a Force Commander for an EGF mission. The permanent HQ of the EGF will act as a Parent HQ for the Force Commanders' HQ. The involvement of the permanent HQ in the chain of command must be defined according to the situation.

[Back to table of contents](#)

5. FORCE STRUCTURE

In the event of an operation the unit of the EGF may, in addition to the HQ, consist of:

- an operational component, dedicated to missions of general public security and maintenance of public order;
- a crime-fighting component, including specialists in criminal investigation missions, detection, gathering, information analysis and processing, protection and assistance of individuals, traffic control, Explosive Ordnance Disposal (EOD), fight against terrorism and other major crimes, and other specialists. The company consists of modules and specialists assigned to the EGF;
- a logistic support component, able to perform all activities related to supplies, restocking, maintenance, recovery and evacuation of equipment, transportation, medical and health care. If necessary, some of these functions will be provided by other actors.

The Party States will have to identify periodically the dedicated forces in terms of capabilities, carrying out the definitive nominal designation at an appropriate moment. The units will be assigned "on request" to the EGF.

The EGF will possess an initial rapid-reaction capability of approximately 800 persons within 30 days.

Each Party State will retain its full freedom to decide whether its units will participate in an EGF operation.

[Back to table of contents](#)

6. TRAINING

The operational standards for EGF units will be set by the High-Level Interdepartmental Committee.

The attainment and maintenance of that level will be a national responsibility. Training should take into account the annual objectives proposed by the Commanding Officer and approved by the high-level Interdepartmental Committee.

Multinational training organised by the EGF should make it possible to attain the required level of interoperability. This programme will be proposed by the Commanding

Officer, and validated by a working group created for that purpose.

[Back to table of contents](#)

7. Administrative and Logistical Support for the Permanent HQ of the EGF

Each Party State will sustain the expenditures arising from its participation to the EGF.

Common costs will be divided proportionally between Party States.

Support for the permanent HQ structure will be provided by Italy and will be the subject of a technical arrangement between the Party States which will also set the modalities of reimbursement of the common costs.

Party States will provide a budget for the permanent costs of the EGF. The amount of the contributions of the budget will be set annually by the Party States.

The annual budget will be requested by the Commanding Officer of the EGF and has to be approved by the High Level Interdepartmental Committee. Each Party State will be able to designate a financial expert for advice on the budget and expenses.

Support during operations

Funding (for operational matters) will be provided by contributing States and, when appropriate, by EU, UN and other international organisations. .

Interoperability

The Party States will strive for an improvement of interoperability between their forces.

[Back to table of contents](#)

8. LANGUAGE

The official languages of the EGF will be those of the Party States. A common working language may be used.

[Back to table of contents](#)

9. ADMISSION

Full membership of the EGF will be open to EU Member States, possessing a police force with a military statute. At their request, they may be admitted to the EGF after agreement by the Party States and following acceptance of the terms of the present Declaration.

On their request, EU Candidate Member States possessing police forces with a military status can obtain an Observer Status by detaching a liaison officer to the HQ.

With due respect for the military status, conditions of admission can be reviewed, on request of one of the Party States and with the agreement of all the other Party States.

[Back to table of contents](#)

10. LEGAL ASPECTS

The Party States will conclude a Treaty to establish the precise functions and status of the EGF and of its members.

Before the entry into force of this Treaty, the Party States recognise the application of the provisions of the agreement between parties to the North Atlantic Treaty of the status of their forces, done at London on 16 June 1951, to the EGF members.

11. SPECIFIC ARRANGEMENTS

The above-stated points and the measures that may be necessary to organise the concrete aspects of relations among the Party States will be the subject of specific arrangements.

Annex A

Composition of the High Level Interdepartmental Committee (CIMIN)

COUNTRY	REPRESENTATIVE
France	Representatives of the Ministries of Defence and Foreign Affairs
Italy	Representatives of the Ministries of Defence and Foreign Affairs
Netherlands	Representatives of the Ministries of Defence and Foreign Affairs
Portugal	Representatives of the Ministries of the Interior and Foreign Affairs
Spain	Representatives of the Ministries of Defence, the Interior and Foreign Affairs

[Back to table of contents](#)

Annex B

The Headquarters of the EGF

The EGF will count on a multinational, modular and deployable Headquarters. It will consist of a permanent core, located in Vicenza (Italy), that could be reinforced as needed by augmentees.

Rotational and proportional criteria. The officers' positions will last two years.

The party States will contribute to the permanent core of the EGF HQs as belowed listed:

	OFFICERS	WAR. OFF.
FRANCE	4	2
ITALY	5	6
NETHERLANDS	2	2
PORTUGAL	2	1
SPAIN	2	3
Total	15	14

These figures do not include the EGF Commander.

The EGF-HQ will be tasked of :

- Ø monitoring the areas of possible operational intervention;
- Ø contributing to the decision making process at a political/strategic level;
- Ø planning the operations of the EGF;
- Ø defining operational needs;
- Ø planning and direct exercises;
- Ø analysing the activities, learning from mistake and correct them;
- Ø following the training of the units involved and certifying them;
- Ø preparing suitable logistic support;
- Ø giving advice to the Party States to improve inter-operability between units;
- Ø deploying an HQs for the EGF Commander; in this case it will act as Parent HQs and, according to the situation, will be part of the Chain of Command and Control.

[Back to table of contents](#)